



IPC B CAMPUS

Revista do Instituto Politécnico de Castelo Branco

15

ano 9
outubro 2019
ISSN 1647-9335
distribuição gratuita

Digitalização, transição energética
e internacionalização das Instituições
de Ensino Superior

Projeto IMINELEARN: Novas dimensões do Património
Natural e Cultural do Geopark Naturtejo

A venda de Bens de Consumo
e as garantias a ela relativas
(Um estudo em proveito do consumidor)

15.º Aniversário



Ficha técnica

título

IPCB CAMPUS, revista do Instituto Politécnico de Castelo Branco

edição e propriedade

Instituto Politécnico de Castelo Branco

direção

António Marques Fernandes

edição

António Marques Fernandes

edição gráfica

Rui Tomás Monteiro

redação

Roberto Monteiro
Ana Lourenço
Jorge Costa

capa

Rui Filipe Soares Salgueiro

produção

Serviços Editoriais e de Publicação do IPCB

impressão

Serviços Editoriais e de Publicação do IPCB

issn

1647-9335

depósito legal
322600/11

Tiragem:

1.000 exemplares

periodicidade

Semestral

Editorial



António Marques Fernandes
Presidente do Instituto Politécnico
de Castelo Branco

“O tempo, como o mundo, tem dois hemisférios: um superior e visível, que é o passado, outro inferior e invisível, que é o futuro. No meio de um e outro hemisfério ficam os horizontes do tempo, que são estes instantes do presente que imos vivendo, onde o passado se termina e o futuro começa”

(Padre António Vieira, História do Futuro, 1718)

A comemoração de um aniversário é um momento marcado pela reflexão sobre o percurso efetuado e também pela idealização do caminho que desejamos percorrer. A comemoração do 39º aniversário do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) coincide com um momento de grande importância para a Instituição. Ao seu Conselho Geral foi submetida pelo Presidente do IPCB uma Proposta de Reestruturação Organizacional que “teve um acolhimento positivo e suscitou um debate abrangente e profícuo em que se reconhece a necessidade de promover a reestruturação organizacional do IPCB” (extrato de ata da reunião do Conselho Geral do IPCB, realizada no dia 18 de setembro de 2019).

A reflexão sobre a reestruturação organizacional do IPCB faz parte do instante presente, mas pretende, fundamentalmente, marcar o futuro, ao promover uma mudança organizacional capaz de melhorar os níveis de eficiência e eficácia, e de garantir a articulação, transversalidade e complementaridade entre áreas do conhecimento, bem como a otimização de recursos. Pretende-se uma instituição mais capaz, que inova e que estrategicamente define o seu próprio caminho, ajustando-se e renovando-se.

Os processos de transformação organizacional são complexos e exigentes. E dependem da agilidade da instituição na resposta aos desafios de contexto em permanente mudança. Ainda assim, certamente que teremos a coragem, a lucidez e a mobilização institucional de todos.

Para bem do IPCB. Para o futuro do IPCB.
Parabéns ao IPCB!

03

EDITORIAL

António Marques Fernandes
Presidente do Instituto Politécnico
de Castelo Branco

06-13

OPINIÃO

Digitalização, transição energética e
internacionalização das Instituições de
Ensino Superior

Benefícios da Atividade Física e
Desportiva para Estudantes do Ensino
Superior. Os Estudantes/Atletas do
IPCB

A Ordem dos Fisioterapeutas e o IPCB

...

14 - 22

PERCURSOS SINGULARES

Marta Jesus

João Petrica

Odete Dias

João Carrega

23 - 24

DISTINÇÕES

25 - 45

INVESTIGAÇÃO

Projeto IMINELEARN: Novas
dimensões do Património Natural
e Cultural do Geopark Naturtejo

A venda de Bens de Consumo
e as garantias a ela relativas
(Um estudo em proveito
do consumidor)

Lançamento da revista científica
HIGEIA da ESALD/IPCB

Estudo sobre o envelhecimento e o
papel dos Animadores em Portugal

...

46 - 50

ACADEMIA

Politécnico de Castelo Branco cresce no número de estudantes

Parcerias bilaterais reforçam internacionalização do IPCB

Politécnico de Castelo Branco lança Programa Amigos Académicos

...

51 - 54

COMUNIDADE

6.º Fórum de Turismo Interno

Museu da Paisagem: Narrativas e Experiência do Lugar na ESART/IPCB

...

55 - 60

COOPERAÇÃO

Colaboração EST/IPCB- OutSystems em Proença-a-Nova. Uma história de sucesso, com passado, presente e futuro

Politécnico com acção social reforçada no alojamento para estudantes

...

61 - 71

ACONTECEU NO IPCB

Licenciatura em Serviço Social do IPCB com a menor taxa de desemprego dos Politécnicos do País

Atletas do Politécnico de Castelo Branco encerram época desportiva

IPCB comprova o seu Sistema de Gestão de Qualidade

...

Digitalização, transição energética e internacionalização das Instituições de Ensino Superior



Vitor Santos
Professor
Catedrático
do Instituto
de Economia
e Gestão da
Universidade
Técnica de Lisboa;
Presidente do
Conselho Geral
do Instituto
Politécnico de
Castelo Branco

Os estrangimentos orçamentais crescentes e a evolução negativa da procura de alunos em consequência das tendências demográficas suscitam preocupações compreensíveis e uma reflexão profunda sobre a reforma das instituições do ensino superior. Um contributo para esta reflexão passa pela identificação, a título ilustrativo, de algumas tendências pesadas de longo prazo e do seu potencial impacto no ensino superior.

A chamada Indústria 4.0 tem como elementos catalisadores a digitalização da economia e da sociedade, a valorização da sustentabilidade, o reforço e a consolidação das energias renováveis, o efeito impulsionador da inovação e do conhecimento e a globalização crescente dos diferentes ecossistemas económicos e sociais. Por isso mesmo, vamos fazer uma referência breve a estes temas neste artigo: a digitalização, a transição energética e a internacionalização do ensino superior.

De acordo com o Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade em 2018, Portugal posiciona-se muito próximo da mediana da União Europeia embora necessite de melhorias ao nível das competências digitais e da cobertura de banda larga rápida. Trata-se claramente de duas áreas em que existem fortes assimetrias entre o litoral e o interior que urge minimizar.

O Incode 2030 é um programa integrado do Governo que visa promover as competências digitais para Portugal tendo em vista a superação dos seguintes desafios:

- Garantir a literacia e a inclusão digitais para o exercício pleno da cidadania;
- Estimular a especialização em tecnologias e aplicações digitais de forma a assegurar a empregabilidade e a competitividade;
- Garantir uma forte participação nas redes internacionais de I&D e de produção de novos conhecimentos nas áreas digitais.

A globalização progressiva e a digitalização têm vindo a conduzir a uma diminuição do ciclo de vida dos produtos, a um ritmo crescente da mudança tecnológica e às reorganizações profundas do trabalho e da produção.

Por isso mesmo, os sistemas de educação e formação devem preparar os alunos para uma carreira e não para um emprego para a vida, estimulando as aptidões para a mudança. O ritmo da mudança nas qualificações é cada vez mais acelerado e, em consequência, as qualificações necessárias mudam rapidamente. Tal significa que os trabalhadores terão que atualizar as suas competências com frequência ao longo das suas carreiras.

Este é um grande desafio para o qual os sistemas de educação parecem não estar ainda suficientemente preparados. Mas, para que tal aconteça, é necessário que exista uma postura pró-ativa e um trabalho de parceria em rede por parte dos diferentes atores, sejam eles empresas, estruturas associativas, agências públicas ou instituições de ensino e investigação.

O contexto atual está também muito marcado pela transição energética que visa responder à seguinte questão: como podemos satisfazer a crescente procura de energia, nomeadamente nas economias em desenvolvimento, e simultaneamente procurar mitigar os efeitos resultantes das alterações climáticas? A resposta a este desafio passa pela eficiência energética, pela utilização crescente das renováveis e pela inovação e competitividade.

De acordo com um estudo aplicado a Portugal promovido por um consórcio universitário, o peso crescente das energias renováveis na geração de eletricidade tem efeitos acumulados até 2030 muito expressivos: criação de 100.000 postos de trabalho, um incremento no PIB de 5000 milhões de euros, uma redução dos custos do CO₂ correspondente a 4,4 mil milhões de euros, a redução das importações de combustíveis estimada em cerca de 22000 milhões de euros e uma redução na dependência energética de 8,4%.

Estes impactos traduzem-se em benefícios para todos os cidadãos mas a circunstância dos recursos endógenos estarem localizados nas regiões do interior do país significa que uma parte significativa destes efeitos se refletem em benefícios dos residentes nessas regiões. Para além disso, as alterações climáticas têm efeitos negativos na desertificação de algumas regiões do interior, na produção agrícola para já não falar na propagação de incêndios com reflexos tão negativos nas economias mais dependentes da silvicultura. Tal significa que o incremento das energias renováveis e a consequente redução dos níveis de emissão de CO₂ têm reflexos muito positivos na economia e no bem-estar dos residentes no interior do país.

Na sequência do desenvolvimento da energia eólica em Portugal, o solar fotovoltaico tem vindo a registar recentemente um crescimento expressivo em Portugal. O recente leilão solar fotovoltaico realizado em julho passado traduz bem esta dinâmica em Portugal. Trata-se de uma iniciativa inovadora que permite quase duplicar a capacidade instalada de energia solar com base num mecanismo de mercado que, em termos potenciais, permite reduzir os custos de produção de eletricidade. Deve referir-se que a Região Centro esteve muito bem representada nestes leilões, contribuindo com 36% da potência submetida à licitação. A valorização deste recurso endógeno terá certamente reflexos positivos na criação de emprego e no PIB desta região bem como na redução dos níveis de emissão de CO₂ e da dependência energética do país.

O Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC), que foi recentemente submetido a consulta pública pelo Governo, será o principal instrumento da política energética e climática para a década 2021-2030, e tem subjacente a ambição e a determinação de Portugal para estar na vanguarda da transição energética, materializando-se em metas ambiciosas para 2030. Embora a capacidade de liderança, a visão estratégica e a qualidade das políticas nacionais sejam imprescindíveis, o envolvimento das pessoas, das empresas, dos centros de saber e das instituições do ensino superior parece ser uma pre-condição essencial para o sucesso da transição energética em Portugal.

A internacionalização das instituições do ensino superior é uma dimensão estratégica com reflexos na mobilidade de estudantes e professores, na capacidade de participar em redes globais do conhecimento e desenvolver e assegurar o financiamento internacional de projetos de I&D, permitindo ainda que as IES sejam protagonistas ativos na dinamização de ecossistemas de empresas inovadoras de base tecnológica. A internacionalização do ensino superior é uma tendência que

se verifica à escala global que tem sido acompanhada pelas instituições portuguesas. A OCDE estima que o número de estudantes internacionais crescerá de 4,5 milhões em 2012 para cerca de oito milhões em 2025.

Um dos temas que suscita preocupações às Instituições de Ensino Superior são as estatísticas demográficas. O envelhecimento demográfico confronta-nos com uma visão dramática para as próximas décadas. Na Região Centro, a taxa de variação média anual dos jovens com 18 anos tenderá a decrescer a uma taxa da ordem dos 2,5%, traduzindo-se numa variação negativa acumulada de 53%.

A correção expressiva desta dinâmica populacional depende do desenvolvimento de políticas públicas que contrariem o despovoamento do interior e que minimizem as assimetrias regionais. Mas as instituições de ensino superior poderão dar os seus contributos para atenuar os efeitos negativos destas tendências demográficas apostando na atração de alunos provenientes de mercados de países emergentes que registam taxas de crescimento da população elevadas e uma carência expressiva de recursos humanos e de infraestruturas de educação e formação. Cabe aqui referir que a escolha dos mercados alvo prioritários deve ter presente um conjunto de critérios multidimensionais que ponderem não apenas a procura por parte dos alunos mas também outras dimensões relevantes da internacionalização como sejam a investigação e inovação.

Tal como acontece com as empresas, as estratégias de internacionalização das IES são um processo longo e complexo que envolve alterações expressivas no modelo de funcionamento das instituições e que, por isso mesmo, não pode ser a resultante de ações pontuais ou da navegação à vista de costa, devendo ter subjacente um Plano de Ação de médio e longo prazo mobilizador que permita iluminar sobre o caminho a percorrer.

Benefícios da Atividade Física e Desportiva para Estudantes do Ensino Superior

Os Estudantes/Atletas do IPCB



Rui Paulo
PhD
Professor Adjunto
da Escola
Superior de
Educação
do IPCB
ruipaulo@ipcb.pt

Enquadramento Teórico

O acesso ao Ensino Superior e a frequência deste nível de ensino para todos os jovens estudantes, mas principalmente para os que se deslocam da sua cidade natal, promove várias alterações nas rotinas e estilos de vida (Small et al., 2013; Kemmler et al., 2016). Estas alterações originam substanciais mudanças comportamentais que acarretam com frequência comportamentos mais sedentários e comportamentos alimentares mais deficitários, que podem originar constrangimentos no estado de saúde (Ferrara, 2009; Small et al., 2013), entre outros. Ao deslocarem-se da proximidade dos seus pais, dos grupos a que pertencem, e com o aumento da sua autonomia, grande parte destes jovens abandona a prática desportiva e deixa de ter acesso às refeições confeccionadas pelos progenitores, recorrendo, em muitas das refeições, a comidas de fácil confeção/acesso, normalmente de pouca qualidade nutricional e grande valor calórico (Álvarez et al., 2015; Dalky et al., 2017).

Neste sentido, existem diversos estudos (Wardle et al., 2006; Hootman et al., 2017) que nos indicam que este é um período ao qual devemos dedicar especial atenção, pois os comportamentos adotados nestes anos podem acarretar diversas alterações irreversíveis nos anos vindouros. No quotidiano, os jovens adultos vivem num ambiente caracterizado por um conjunto de fatores que influenciam e aumentam o risco de se tornarem obesos e hipertensos, colocando-os em risco de desenvolver um acentuado número de patologias (Schocken et al., 2008). Outros estudos sugerem que os estudantes do ensino superior que praticam atividades físicas e desportivas podem beneficiar deste fator como um benefício para o seu bem-estar físico, psicológico e social (Paulo et al., 2013). De entre inúmeros benefícios no âmbito da saúde, a manutenção ou o aumento da atividade física e desportiva pode ser a ferramenta mais eficaz no combate ao sobrepeso e à obesidade nesse período da vida (Kemmler et al., 2016).

Projeto do Desporto do IPCB

Este projeto foi iniciado no ano letivo de 2015/2016, assente no fundamento de que a atividade física e desportiva é, no quotidiano, um fator primordial na formação do ser humano enquanto indivíduo que busca a integração plena na sociedade contemporânea. Neste sentido, com base na Lei nº30/2004, de 21 de julho, Lei de Bases do Desporto, que visa promover e orientar a generalização da atividade desportiva, nomeadamente no ensino superior, cabendo a estas instituições definir os princípios reguladores da prática desportiva, mas reconhecendo-se, ao mesmo tempo, a responsabilidade das estruturas associativas estudantis na organização e desenvolvimento da prática desportiva. Uma equipa de pessoas focadas nestes princípios orientadores deu os primeiros passos para a operacionalização deste projeto.

No enquadramento inicial foram tidas em consideração as disposições patentes no Art. 54.º do referido diploma, na sua redação:

- 1 - "Entende-se por desporto no Ensino Superior o conjunto de atividades desportivas de complemento curricular organizadas, dirigidas a estudantes inscritos num estabelecimento de Ensino Superior";
- 2 - "O apoio ao fomento e à expansão do desporto no Ensino Superior é concedido, em termos globais e integrados, conforme regulamentação própria, definida com a participação dos estabelecimentos de Ensino Superior e do respetivo movimento associativo".

Ainda sobre o enquadramento inicial, o artigo 79.º da Constituição Portuguesa, refere que:

- 1 - "Todos têm direito à cultura física e ao desporto";
- 2 - "Incumbe ao Estado em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto".

De forma sucinta, o projeto consistiu em fomentar a prática de várias modalidades desportivas coletivas e individuais junto dos estudantes do IPCB, garantindo as condições para a participação nos campeonatos nacionais universitários, organizados pela Federação Académica do Desporto Universitário (FADU), nomeadamente exames, inscrições, transporte, alojamento e alimentação.

Foi também criado um estatuto estudante/atleta que prevê a articulação entre a prática destas atividades desportivas e as atividades letivas, nomeadamente com a criação de uma época especial de avaliação para estudantes/atletas.

Principais Resultados

Nos primeiros 3 anos do projeto (2015/2016 a 2017/2018), para além da participação nos campeonatos nacionais universitários em distintas modalidades (râguebi, basquetebol, futsal, BTT, ténis, ténis de mesa, orientação,

judo, atletismo, entre outras), o IPCB teve também uma equipa federada de futebol a participar nas provas oficiais da Federação Portuguesa de Futebol. Nestes anos iniciais foram cerca de 80 estudantes/atletas a participar nas várias modalidades, tendo-se conseguido alguns pódios nas provas organizadas pela FADU.

Neste último ano (2018/2019), aumentámos o número de participantes (mais de 100) e também o número de modalidades em que participaram nas provas da FADU, conseguindo-se o acesso a várias fases finais, nas quais se obtiveram vários pódios e medalhas de ouro, nomeadamente no judo.

Referências

- Álvarez, J. M., Alcón, R. G., Marín, A. V., Serrano, M. D., & Morago, L. S. (2015). *Eating habits and preferences among the student population of the Complutense University of Madrid*. *Public Health Nutrition*, 18(4), 2654-2659
- Dalky, H.F., Momani, M.H., Al-Drabaah, T.K., & Jarrah, S. (2017). Eating Habits and Associate Factors among adolescent students in Jordan. *Clinical Nursing Research*. 26(4), 538-552.
- Ferrara, C. M. (2009). The college experience: physical activity, nutrition, and implications for intervention and future research. *JEP online*, 12, 23-35.
- Hootman, K.C., Guertin, K.A., & Cassano, P.A. (2017). Longitudinal changes in anthropometry and body composition in university freshmen. *J Am Coll Health*, 65(4), 268-276. doi:10.1080/07448481.2017.1280498.
- Kemmler, W., von Stengel, S., Kohl, M., & Bauer, J. (2016). Impact of exercise changes on body composition during the college years a five year randomized controlled study. *BMC Public Health*, 16, 50. DOI 10.1186/s12889-016-2692-y
- Paulo, R., Petrica, J., & Martins, J. (2013). Physical activity and respiratory function: corporal composition and spirometric values analysis. *Acta Médica Portuguesa*, 26(3), 258-264.
- Schocken, D. et al. (2008). Prevention of heart failure: a scientific statement from the american heart association councils on epidemiology and prevention, clinical cardiology cardiovascular nursing, and high blood pressure research; quality of care and outcomes research interdisciplinary working group; and functional genomics and translational biology interdisciplinary working group. *Circulation*, 117, 2544-2565.
- Small, M., Bailey-Davis, L., Morgan, N., & Maggs J. (2013). Changes in eating and physical activity behaviors across seven semesters of college: living on or off campus matters. *Health Educ Behav*, 40, 435-41.
- Wardle, J., Brodersen, N., Cole, T., Jarvis, M., Boniface, D. (2006). Development of adiposity in adolescence: five year longitudinal study of an ethnically and socioeconomically diverse sample of young people in Britain. *BMJ*, 1, 6. doi:10.1136/bmj.38807.594792.AE

A Ordem dos Fisioterapeutas e o IPCB



Nuno Cordeiro
PhD
Professor Adjunto
e Presidente da
área científica de
Fisioterapia
da Escola
Superior de Saúde
Dr. Lopes Dias
do IPCB;
Elemento
da comissão
pró-ordem da
Associação
Portuguesa de
Fisioterapeutas
ncordeiro@ipcb.pt

A fisioterapia é a profissão da saúde que se centra na análise do movimento corporal, compreendendo tanto as suas capacidades como as disfunções.

Um fisioterapeuta tem em si a responsabilidade profissional de entender o sistema de movimento humano e promover a melhor interação entre o homem e o conceito de saúde positiva, que enquadra o utente num completo bem-estar físico, psíquico e social.

Esta profissão da saúde é lecionada no Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) desde o ano lectivo 2001/2002 aquando da passagem da Escola Superior de Enfermagem Dr. Lopes Dias a Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias (ESALD), sendo desde a sua criação o curso do IPCB com índice de procura mais elevado.

Por essa altura não foi apenas criada esta oferta formativa no IPCB, também o fizeram outras instituições de ensino superior, incluindo o ensino privado. Também nesta altura apareceram os primeiros ciclos de estudos de mestrado e doutoramento na área científica de fisioterapia.

Globalmente, assistimos assim num curto espaço de tempo à implementação dum sistema de ensino e formação onde a investigação científica e os saberes próprios da profissão não só aumentaram de exigência, como também se democratizaram, permitindo um aumento exponencial do número de fisioterapeutas.

Atualmente é a terceira profissão de saúde em número de profissionais em Portugal, mas ainda assim aquém das necessidades, formando profissionais nunca antes tão bem preparados, e com uma tendência crescente para especialização [processo em desenvolvimento e ainda a necessitar de regulamentação] para sectores mais específicos e novas áreas da profissão, incluindo o bem-estar.

Também neste período o contexto de trabalho dos fisioterapeutas se alterou, bem como a forma como os mesmos têm acesso aos seus utentes. Este paradigma alterou-se dum processo muito indireto, ajustado a um sistema de referenciação muito técnico, a ocorrer essencialmente em meio hospitalar ou em centros de medicina física e reabilitação, para um acesso mais livre e autónomo, a ocorrer em espaços menos integrados, tornando muitas vezes o fisioterapeuta o profissional de primeiro contacto do utente no acesso à sua saúde, num contexto de prática liberal, à semelhança do que acontece em países em que a profissão está mais consolidada/desenvolvida.

O desenvolvimento científico e este novo contexto profissional tornou desde logo necessária a regulamentação das Unidades Privadas de Fisioterapia e sua obrigatória regulação por parte da Entidade Reguladora da Saúde – ERS desde o ano 2012. Contudo, apesar destas regras regulatórias ao espaço

onde o fisioterapeuta exercia a sua profissão, impunha-se a há muito sentida necessidade dum mecanismo regulador da prática da fisioterapia, que fosse de fisioterapeutas para fisioterapeutas, e que estabelecesse o cumprimento não apenas das responsabilidades deontológicas mas também a exigência da melhor prática clínica visando a segurança e salvaguarda do utente/cliente.

O crescente desenvolvimento científico e a rapidez de desatualização dos conhecimentos e práticas exige que os fisioterapeutas se envolvam num processo de atualização permanente e continuo, associado à diversidade de áreas de intervenção em diferentes grupos de utentes, o que tem levado à acima referida crescente especialização e aprofundamento de saberes e práticas, associadas à investigação clínica nesses domínios.

A formação avançada (pós-graduações, mestrado e doutoramento) é uma componente muito relevante neste campo, mas tornou-se essencial também existir um organismo específico da fisioterapia que defina, através de colégios de especialidade, a regulação do processo de especialização profissional formal, e da diferenciação de níveis de cuidados, bem como do uso de títulos/designações de especialista.

Será esta a missão da Ordem dos Fisioterapeutas que assumirá a regulação eficaz numa garantia de que os currícula escolares reúnam os padrões de educação necessários para a entrada na profissão, que os mesmos se continuem em padrões de competência profissional ou proficiência ao longo da vida profissional do fisioterapeuta, com normas de conduta e ética profissional.

Em todos estes desafios o IPCB foi voz activa, consciente dos factores contextuais que a fisioterapia teve neste período de franco crescimento. Não só tem tornado possível a excelência na formação dos novos profissionais, como tem feito chegar o contributo da área científica da fisioterapia da ESALD aos principais fóruns de discussão onde estes desafios são abordados, muitas vezes estando elementos seus integrados nesses mesmos fóruns.

Vamos para mais uma nova etapa, conscientes de que nela a ESALD/IPCB nos permitirá e pretenderá continuar a falar “na primeira pessoa”.

Marta Jesus



Recém-licenciada em Gestão Turística pela ESGIN, onde também cursou Organização e Gestão de Eventos, desde adolescente que a jovem empreendedora alcainense, anterior Miss Castelo Branco e Miss Europe Portugal, tem vindo a participar em desfiles de moda e concursos de beleza, surgindo ainda como hospedeira de eventos ou promotora de marcas. Representante lusa no Miss Global City 2018, na China deu a conhecer os queijos da Beira Baixa e o traje de Malpica do Tejo. Destino regional que a aluna “mais estudiosa” de Idanha-a-Nova quer agora trabalhar.

Aos seis meses de idade já tinha uma foto na revista Maria, que a mãe, vestindo-a a combinar da cabeça aos pés, enviara à publicação. Foi assim que Marta Jesus se estreou nas andanças da moda. Com quatro anos “era muito vaidosa e repetia o que via na televisão. Enfeitava-me para a brincadeira, mesmo no infantário”, conta a jovem de Alcains, recém-diplomada pelo IPCB. A avó, com quem viveu até às sete primaveras, “deixava-me fazer tudo”. Maquilhava-se e calçava os sapatos da progenitora, que os escondia pelo barulho que faziam quando a filha desfilava a correr pela casa.

Até hoje a empreendedora de 24 anos seguiu sempre o conselho materno, conciliando o passatempo com os estudos. Aos 15 começa a participar em desfiles e concursos de beleza, aprendendo as bases numa formação na agência DLX Models, em Lisboa. Até aos 19 trabalha como hospedeira de eventos e promotora de marcas estrangeiras, participando em vídeos promocionais de festivais, campeonatos nacionais de futebol (com destaque para o jogo Benfica-Sporting no estádio da Luz em que transporta a bola da partida) ou corridas de carros e motos em Espanha e França. Áreas onde “nos tratam com respeito e admiração” e se esbatem os clichés ligados à beleza feminina.

Em 2016, Marta conquista por Castelo Branco o galardão

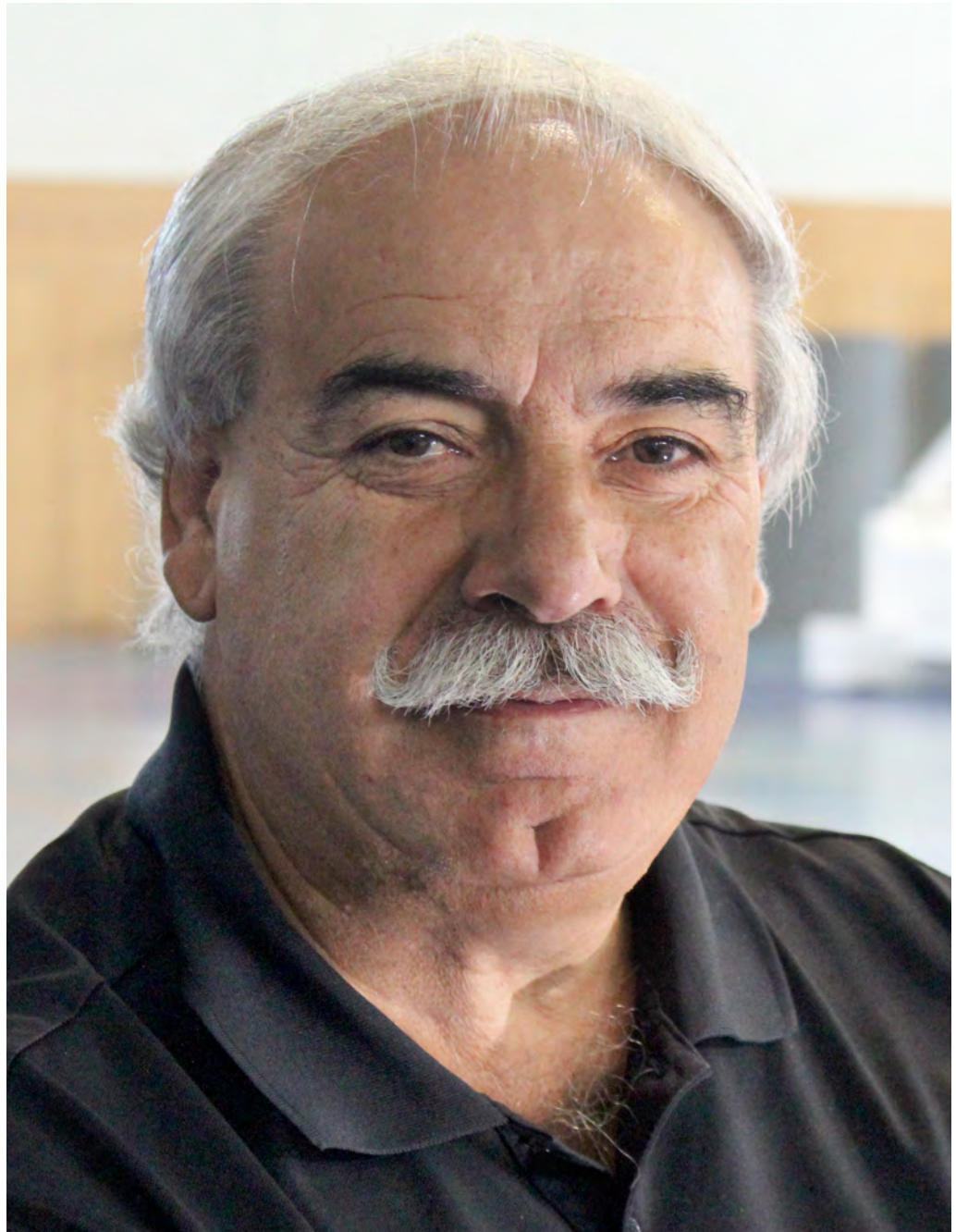
distrital no Miss Queen Portugal. Em Itália, a também Miss Europe Portugal fica no top 30 da Miss Europe Continental, enquanto que em 2018, na cidade chinesa de Jinan, representa o país no Miss Global City. Da experiência no gigante asiático, onde até mandarim aprendeu, destaca a estranheza ante os ocidentais. “Os chineses ficavam maravilhados e queriam tocar em nós.” E recorda o desfile num estádio olímpico gigante ou a visita onde podiam dar de comer aos animais. Para dar a conhecer Portugal, à organização e amigos levou queijos da Beira Baixa e vinho do Porto. Postos de lado o biquíni e o fato de gala, e para representar a região, envergou um traje centenário de Malpica do Tejo e os respetivos brincos e colares, emprestado pelo Cancioneiro de Castelo Branco.

“Na passarela passa-se roupa, é-se um cabide autêntico. Nos concursos de misses somos nós próprias”, admite, ainda que a altura mínima e o estar solteira e não ter filhos continuem a ser requisitos preferenciais nestas competições. À preparação física e imagem cuidada acrescem a necessária força psicológica e o espetável envolvimento com causas sociais. “As pessoas pensam que as misses são fúteis e pouco inteligentes, mas é preciso saber línguas e responder a perguntas de cultura geral”, esclarece a jovem que da brasileira Letícia

Silva recebeu dicas sobre “técnicas de miss”, úteis às pretendentes ao título. Da expressão corporal, poses e coreografias às marcações em palco e forma de encarar público ou júri, “coordenar tudo isso parece fácil, mas não é”, pelo que cada concurso “é sempre um desafio. Temos que nos adaptar aos locais e de lidar com culturas muito diferentes”.

Depois do ingresso em 2014 no curso de especialização tecnológica em Organização e Gestão de Eventos, e para conciliar as duas áreas, Marta Jesus licenciou-se em Gestão Turística, também na ESGIN. “É abrangente, deu-me melhor capacidade crítica e abre várias portas”. Cinco anos em que, por entre muitas viagens, “nunca deixei nada por fazer. Sem foco e organização era impossível”. Concluído em julho o curso com média de 16 valores, no baile de finalistas reconheceram-na como “a mais estudiosa”. “Os professores sempre me apoiaram. Permitem-nos ser o que queremos e preparam-nos muito bem. Saímos cheios de ideias”. Entretanto estagiou num posto de turismo, tirando de novo partido dos idiomas aprendidos e do contacto com o visitante. No futuro quer contribuir para o desenvolvimento regional como técnica superior gerindo um destino turístico. “Estamos numa fase inicial e há coisas que se podem melhorar”, conclui, sugerindo uma maior parceria com Espanha.

João Petrica



Docente da ESE desde 1986, o coordenador do mestrado em Atividade Física e da unidade de investigação do IPCB em desporto, saúde e exercício estreou a variante em Educação Física do curso de Professores do Ensino Básico. Lecionou no preparatório e secundário e foi jogador federado do Benfica de Castelo Branco. Enquanto vereador, o professor albicastrense planificou a zona de lazer da cidade e assegurou às crianças do primeiro ciclo do concelho o acesso à educação física. Hoje centra-se nos benefícios do desporto para a população idosa e na sua associação à saúde e bem-estar.

Volvido quase meio século ao serviço do desporto, aos 61 anos a paixão de infância do albicastrense João Petrica permanece. “Da Sé a Santiago, havia futebol em todo o lado”, conta o antigo jogador federado do Benfica de Castelo Branco, lembrando a agremiação onde criou a secção de voleibol, uma das modalidades que na década de 1970, sendo inexistentes nos clubes, se privilegiavam no liceu e nas restantes escolas.

Já universitário, o estudante de Educação Física e Desporto começa a lecionar. Concluída a licenciatura, seguem-se dois anos de estágio também na capital para aceder à carreira. No regresso à Beira Baixa leciona três temporadas na Escola Secundária Nuno Álvares e uma na Amato Lusitano. Ao apostar no desporto escolar, por via dos grupos juniores e seniores ou das equipas federadas com antigos alunos e professores, percebe de modo mais claro como se deve formar um docente na área.

Acumulados seis anos de serviço, em 1986 concorre para a ESE, onde passa a efetivo. Como morava em frente à escola, “ouvira a campainha e chegava antes do toque de feriado”. Estreia então o bacharelato de Professores do Ensino Básico – variante de Educação Física, mais tarde licenciatura de Ensino em Educação Física. A primeira, com a especialização, a ser criada

nos politécnicos, tal como o mestrado. Valter Lemos, outrora membro da comissão instaladora e futuro diretor daquela unidade orgânica do IPCB, entendia que as ESE’s também deveriam formar professores. “Tivemos sempre esta visão. Éramos uma escola vanguardista”, reitera João Petrica, embora lamentando que o Processo de Bolonha acabasse por confinar essa formação às universidades.

No futuro, “temos de pensar o que interessa aos alunos”, os quais procuram o CTESP em Desporto, a licenciatura em Desporto e Atividade Física ou o mestrado em Atividade Física, que coordena, pela “qualidade da formação” e por integrar profissionais como a judoca Ana Hormigo e Joel Rocha, treinador de futsal do Sport Lisboa e Benfica, ou pela existência da equipa de futebol do IPCB. “Têm muitas saídas. Deixam é de ser professores”, conclui, explicando que, dos clubes e infantários aos lares de idosos, sem esquecer o desporto adaptado, hoje o mercado absorve sobretudo treinadores pessoais e desportivos. “A maioria dos diretores foram formados por nós”.

Responsável pela área científica de Desporto e Bem-Estar e professor coordenador desde 1999, João Petrica é um dos dois coordenadores principais do IPCB, tendo ainda lecionado na Universidade do Minho e nos politécnicos do Porto e Santarém. Para além de

presidente da Associação de Profissionais de Educação Física de Castelo Branco, na década de 1990 foi vereador autárquico, tendo a seu cargo os pelouros da educação, cultura, juventude e desporto. Numa época em que todas as freguesias queriam ter piscina e polidesportivo, “planificámos a zona de lazer e plantei a primeira árvore”, recorda. “Não havia dinheiro, mas ganhámos muitos prémios” e todos os alunos do primeiro ciclo tinham educação física, acrescenta o docente, doutorado em Ciências Sociais e Humanas – Educação Física e Desporto pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, e mestre em Ciências da Educação – Metodologia da Educação Física e Desporto pela Universidade Técnica de Lisboa.

Explorando nas aulas e artigos científicos temas mais ligados à didática e pedagogia como o envolvimento parental ou os programas de atividade física nas academias seniores, o também coordenador da SHERU, unidade de investigação do IPCB em desporto, saúde e exercício, entende que a associação, via ESALD, da atividade física ao bem-estar e à qualidade de vida, dando relevância aos seus benefícios junto da população idosa, “abre novas perspetivas à nossa experiência”, reforçando o “potencial que temos para ajudar a comunidade”.

Odete Dias



Sempre com um sorriso na cara, a assistente operacional é um dos rostos mais conhecidos da equipa que trabalha no complexo de residências de estudantes do IPCB. De cozinheira nos refeitórios das escolas superiores de Educação e Agrária a auxiliar de limpeza, a “dona Odete”, que adora os seus “meninos” e aquilo que faz, é uma segunda mãe para muitos dos alunos instalados em duas das três unidades de alojamento do politécnico em Castelo Branco, os quais a procuram quando precisam de ajuda.

“Com um gesto e um sorriso chega-se a todo o lado”.

O lema é defendido por Odete Dias, assistente operacional nas residências de estudantes Prof. Dr. Vergílio Pinto de Andrade e Prof. Doutor Eduardo Marçal Grilo, duas das três que integram o complexo de residências do IPCB em Castelo Branco.

Depois de casar a então jovem, natural de Pé da Serra (Sarzedas), passou a residir na Covilhã, mudando-se na década de 1970 para a capital de distrito. O marido trabalhava na Portugal Telecom e Odete numa empresa de serviços médicos sociais. A chegada ao politécnico dá-se uma dezena de anos depois, já aos trinta, onde entra como auxiliar, repartindo-se entre a cozinha e o refeitório da ESE até obter a carta de cozinheira.

O título permite-lhe concorrer ao posto de trabalho no local inaugurado também pelo colega e onde viriam a servir mais de duzentos almoços e jantares. Com as escalas chega a laborar 15 horas por dia, ocupando-se às sextas-feiras à noite de tachos e panelas e, quando o companheiro foi transferido, também da cantina da ESA. “Os estudantes gostavam muito de nós. Quando entravam, eu já sabia quem comia mais ou menos”, conta Odete Dias, lembrando que a escolha era simples: um prato de peixe ou carne. Para a história fica o dia em que os alunos das escolas Agrária e de Educação, munidos de

cartazes, se sentaram à porta do refeitório da ESE num protesto, alargado à sede do instituto, contra a concessão do serviço e a retirada dos dois funcionários.

Na instituição aguardava-a uma nova fase. Em Idanha, ocupa-se das casas que a autarquia cedia para alojamento dos estudantes da Escola Superior de Gestão, antes da criação da residência Prof. Dr. José Figueiredo Martinho. Já em Castelo Branco, e depois de uma temporada na ESE também nas limpezas, em 1994 estreia a residência masculina, a primeira do IPCB, seguindo-se a feminina, inaugurada no ano seguinte.

Nas duas infraestruturas, com capacidade para mais de duzentas camas, a agora responsável pela equipa de cinco assistentes auxiliares zela sobretudo pela sua manutenção e bom funcionamento. E raramente se senta à secretaria do gabinete, com vista direta para a portaria, onde só está quando necessário. Parte considerável da jornada de Odete Dias é passada a atender o telefone ou a receber e encaminhar estudantes, com os quais conversa muito. “Às vezes até de psicóloga faço”, admite. “Vêem-me quase como uma segunda mãe”. E nem a língua é uma barreira, tratando-se de estrangeiros. “Com a ajuda de outros alunos entendo-me lindamente com eles”.

O trato altruísta que a “dona Odete” reserva para os seus

“ricos meninos” denota a cumplicidade e confiança mútua. “Quando há jantares, vou às compras com eles. Nas festas, eu é que sirvo.” E tendo problemas, os alunos pedem-lhe ajuda. “Aqui encontram um ambiente familiar”, confidencia, sobretudo desejado quando a saudade dos progenitores fala mais alto. Do cardápio de memórias destaca-se a dupla da Madeira e dos Açores que foi em Erasmus e à qual, no regresso a Castelo Branco e já com um filho nos braços, deu guarida, pois os três não poderiam ficar juntos na residência. “Até o carro lhes emprestei”, graceja, evocando o casal que hoje vive no arquipélago açoriano e, por arrasto, as queixas do marido por levar tantos estudantes para casa. Aos 63, e aproximando-se a idade da reforma, Odete Dias garante que vai ter saudades da instituição onde adora trabalhar há 33 anos. Período em que pregou milhares de emblemas nas capas dos finalistas, assinou e mandou pintar muitas fitas. “Num ano o ordenado foi quase todo para aquilo”. A única altura em que não quer ter residentes por perto é no verão. “É tudo virado de pernas para o ar” e feita uma desinfecção total, até porque “dá-nos gosto os pais irem tranquilos quando cá vêm deixar os filhos”. De resto, “fazem muita falta, porque estamos sempre a aprender com eles”.

João Carrega



Natural de Angola, João Carrega, 47 anos, está ligado à comunicação social desde os 16. Diretor do Ensino Magazine e da RVJ Editores, é doutorando em Ciências da Educação na Universidade da Extremadura (Espanha); mestre em Comunicação e Multimédia pela Universidade Aberta; e licenciado em Gestão Financeira pelo IPCB. É autor e co-autor de diferentes livros. Jornalista profissional desde 1993, esteve ligado aos anos iniciais da Gazeta do Interior e, desde 1997, ao Reconquista. Co-fundador da Rádio Castelo Branco, está associado a diferentes projetos na área da comunicação.

“Digo muitas vezes a brincar, mas também a sério, que a minha incubadora de empresas foi o meu quarto, na casa dos meus pais. Foi lá que muitos projetos se criaram! Que muitas ideias fervilharam”.

As palavras são de João Carrega, jornalista, editor literário, e diretor do Ensino Magazine.

Aos 24 anos funda a RVJ Editores e o Ensino Magazine. Um ano depois lança o Oleiros Magazine, o único jornal do concelho de Oleiros. Para trás tinham ficado sete anos de jornalista na Gazeta do Interior (onde desempenhou as funções de editor de desporto), dois como correspondente do diário Público, mas também dos jornais Volante, Auto Sport e A Bola para quem escreveu durante vários anos. Foi dos jornalistas mais jovens a quem foi entregue a carteira profissional. Desde 1997 que abraçou o projeto jornalístico do Semanário Reconquista. Esteve associado a outras publicações como o Correio da Manhã, 24 Horas, Expresso e Lusa. –“Comecei a colaborar com uma rádio local, aos 16 anos, e pouco tempo depois estava a escrever para a Gazeta do Interior, como colaborador da secção desportiva, e para o Público, como correspondente. Ao mesmo tempo estudava na Escola

Secundária Nuno Álvares. Um dia, o professor João Ruivo, diretor, na época, daquela publicação, lançou-me o desafio de ir para os quadros da Gazeta do Interior. Nem pensei duas vezes. Nunca fugi a nenhuma responsabilidade nem a nenhum desafio, e como a questão escolar ficou salva-guardada, pois foi-me dado tempo para prosseguir os estudos, abracei esse projeto com muita paixão, com a irreverência dos meus 17 anos e a humildade necessária para aprender”. Mas as ideias não paravam de fervilhar. Sete anos depois cria, com Rui Rodrigues e Vitor Tomé, a RVJ Editores. “Seis meses mais tarde demos corpo a um desafio de João Ruivo: a criação de uma publicação que ligasse a academia às pessoas e que fosse gratuita. Assim nasceu o Ensino Magazine, cujo número zero foi produzido na tal incubadora de empresas - o meu quarto na casa dos meus pais. Para além da edição impressa, marcámos a diferença no uso das tecnologias e das plataformas que lhe estavam associadas. Fomos, em 1998, dos primeiros jornais nacionais a ter página de internet. No fundo, tivemos a ousadia de inovar e de criar uma publicação que, sendo feita a partir de Castelo Branco (entre Lisboa e Madrid) foi

abraçando todo o território português e que hoje é também distribuída nos países africanos de língua oficial portuguesa, em Espanha e na China (Macau)”, refere João Carrega.

“Percebemos, há cerca de 10 anos atrás, que a lusofonia era um mercado muito importante para as universidades e politécnicos portugueses. E nós fomos à frente, abrindo também caminho a essas instituições. Estabelecemos parcerias com diferentes países como Moçambique (onde assinámos acordos com a Universidade Eduardo Mondlane, a Universidade de Lúrio e a Escola Portuguesa) e a China, com a assinatura de uma parceria com a Escola Portuguesa de Macau”, explica. Nesse período já João Carrega tinha assinado um acordo com a UNESCO, que tornou o Ensino Magazine um elemento importante na rede de escolas associadas daquela Organização das Nações Unidas; e estabelecido protocolos com as principais feiras de educação e juventude da Península Ibérica: Futurália e Lisboa Games Week (em Lisboa), Qualifica (no Porto), Aula e Simo Educación (Madrid), onde anualmente a publicação marca presença e de quem é parceira. Prestes a assinalar

30 anos como jornalista, João Carrega tem prestado o seu contributo a muitos projetos jornalísticos e literários. É co-coordenador, com João Ruivo, dos livros “Políticas e Políticos da Educação”, “Políticas Educativas em Portugal”, “A Escola e as TIC na Sociedade do Conhecimento”, “Rogério Fernandes - in Memoriam”; co-coordenou, com Júlio Cruz, o livro biográfico do comendador Joaquim Morão e escreveu a biografia do comendador José dos Santos Marques; é autor dos livros “Receitas das Avós” e “Receitas dos Avós e daqueles que não o são”. Como editor tem prestado o seu contributo a um conjunto significativo de obras literárias. Recentemente editou o livro “40 Anos, Ensino Superior Politécnico, Caminhos percorridos e a percorrer...”, da autoria

do ex-presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, professor Joaquim Mourato, para o qual escreveu o posfácio. Em termos académicos, João Carrega frequenta o doutoramento em Ciências da Educação da Universidade da Extremadura, em Espanha, sendo autor de diversos artigos científicos. É mestre em Comunicação Educacional e Multimédia, pela Universidade Aberta; licenciado em Gestão Financeira, e bacharel em Contabilidade, pelo IPCB. É diplomado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra/Instituto Nacional de Medicina Legal, nos cursos de Introdução às Ciências Médico-Legais e Forenses para Jornalistas I e II. Tem sido uma das vozes ativas na defesa do ensino superior de qualidade no

nosso país e da necessidade de se qualificarem mais jovens, com diversos artigos publicados na imprensa. Como forma de premiar o mérito académico instituiu as Bolsas Monetárias de Mérito Ensino Magazine, que premeiam os melhores alunos das IES parceiras daquela publicação. Numa outra perspetiva, João Carrega faz parte da Ordem dos Contabilistas Certificados. É membro dos corpos sociais da Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa (ACICB); Confrade Fundador da Confraria do Cabrito Estonado de Oleiros; Membro da Comenda Templária de Castelo Branco/Grande Priorado de Portugal; e tem prestado o seu apoio a diferentes causas sociais e associativas.



ESGIN/IPC alcança 2.º lugar nas 24h Turismo

A equipa “IDATUR” da ESGIN/IPC alcançou o 2.º lugar nas “24Horas Turismo”, que decorreram em maio na vila de Alter do Chão.

Ao longo de 24 horas, os alunos da licenciatura em Gestão Turística participaram neste desafio, que conjugou formação e competição num evento pioneiro, recorrendo a metodologias de formação inovadoras, com várias provas teórico-práticas para a

dinamização da vila de Alter. As provas permitiram treinar várias competências-chave, tais como comunicação, visão estratégica, networking, criatividade, inovação e empreendedorismo.

O clima que se viveu foi de animação e entusiasmo ao longo do dia, culminando com a avaliação dos projetos finais de cada equipa e com a entrega de prémios, na qual estiveram envolvidos vários

representantes de entidades do setor turístico a nível regional e nacional.

Estiveram presentes 54 participantes oriundos de seis instituições, nomeadamente: ESGIN/IPC, ISLA de Santarém, IP de Portalegre, Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre, Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal e Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa.

2.º lugar para a equipa do IPCB no RoboCup@ Home Education

A equipa formada por Paulo Gonçalves, docente da EST/IPC, e pelos engenheiros industriais Bernardo Lourenço e Samuel Santos participou no evento European RoboCup@ Home Education Challenge 2019, realizado em Trieste (Itália), em maio, com um robô desenvolvido no âmbito do projeto EuroAGE, no qual são investigadores.

A equipa IPCB@Home esteve presente pela primeira vez no evento, o qual visa preparar as equipas para os campeonatos internacionais de robótica RoboCup, tendo obtido o segundo lugar na competição OPEN, ganha pela



Universidade Rei Juan Carlos de Espanha. A equipa do IPCB recebeu ainda um prémio especial do júri pelo desenvolvimento do robô, tendo sido a única que se apresentou com um robô totalmente desenvolvido pelos próprios. As restantes equipas, provenientes de Itália, Áustria, Espanha, Portugal, Hungria e México, utilizaram plataformas robóticas comerciais.



ESA/IPCB premiada no evento “Biodiversidade e Agricultura, uma aliança necessária: 10 anos de Operation Pollinator”

A ESA/IPCB foi premiada como uma das entidades pioneiras na implementação do Operation Pollinator em Portugal.

O prémio foi recebido pela docente da ESA/IPCB Ofélia Anjos, que desenvolveu neste projeto atividades de análise a pólenes provenientes de ninhos de polinizadores, de

forma a perceber quais as espécies visitantes.

A Syngenta, empresa mundial no setor agrícola, foi a responsável pela atribuição deste prémio, numa cerimónia que juntou várias dezenas de profissionais na Feira Nacional de Agricultura em Santarém. O Operation Pollinator é um programa internacional para o

incremento da biodiversidade nos campos agrícolas, a qual se baseia no estabelecimento de habitats específicos para insetos polinizadores em zonas agrícolas que permitam criar alimento e refúgios naturais para estes auxiliares e que fomentem a presença de outros artrópodes úteis como predadores e parasitoides.



Joana Antunes vence prémio de bronze 2019 no European Product Design Award

Joana Filipa Ferreira Antunes, aluna do Mestrado em Design de Interiores e Mobiliário da ESART/IPCB, recebeu o prémio bronze na categoria de Acessório de Viagem (Lifestyle and Travel, Travel Accessory), com um estojo de lápis no Prémio Europeu de Design de Produto (European Product Design Award).

Para Joana Antunes, o “PencilCase”, garante que temos sempre à mão material de desenho ou escrita. É uma peça elegante, funcional e apelativa que podemos transportar para qualquer lugar, combinando técnicas e materiais tradicionais. Valoriza aquilo que é produzido no meu país

e fabricado por “artesãos”. O European Product Design Award foi criado para chamar a atenção para o design internacional de produtos e promover os designers junto do público europeu, reconhecendo os seus esforços na tentativa de melhorar o nosso dia a dia com as suas criações.

Projeto IMINELEARN: Novas dimensões do Património Natural e Cultural do Geopark Naturtejo

O sistema imersivo IMINELEARN é uma solução avançada de visualização do tamanho de uma sala que combina alta resolução, projeções e gráficos em 3D realizados com computadores para criar uma experiência imersiva completa de um ambiente virtual nas antigas Minas de Segura (Idanha-a-Nova, Geopark Naturtejo Geoparque Mundial da UNESCO). Os utilizadores da Sala Imersiva do Centro de Interpretação da Biodiversidade “Terras de Idanha”, em Segura (alunos, professores e público em geral), poderão usar uns óculos de Realidade Virtual onde será apresentada uma imagem em três dimensões do interior de uma galeria da mina onde é recriada a ilusão de estar fisicamente dentro dela. Ao caminhar dentro da mina os utilizadores são levados a explorar um conjunto de conteúdos especialmente concebidos por geólogos do Geopark Naturtejo, com a finalidade de compreender aspetos geológicos e mineiros daquela antiga exploração.



Pedro Silva
PhD
Professor Adjunto
da Escola Superior
de Tecnologia
do IPCB
psilva@ipcb.pt

O sistema imersivo IMineLearn é uma solução avançada de visualização do tamanho de uma sala que combina alta resolução, projeções e gráficos em 3D realizados com computadores para criar uma experiência imersiva completa de um ambiente virtual nas antigas Minas de Segura (Idanha-a-Nova, Geopark Naturtejo Geoparque Mundial da UNESCO). Os utilizadores da Sala Imersiva do Centro de Interpretação da Biodiversidade “Terras de Idanha”, em Segura, (alunos, professores e público em geral) poderão usar uns óculos de Realidade Virtual onde será apresentada uma imagem em três dimensões do interior de uma galeria da mina onde é recriada a ilusão de estar fisicamente dentro dela. Ao caminhar dentro da mina os utilizadores são levados a explorar um conjunto de conteúdos especialmente concebidos por geólogos do Geopark Naturtejo, com a finalidade de compreender aspetos geológicos e mineiros daquela antiga exploração.

O efeito 3D é apresentado como resultado da visualização de duas imagens, uma por cada olho, através das quais o cérebro interpreta a profundidade dos objetos. Com a ajuda do sistema de posicionamento que acompanha as ações dos utilizadores dentro da Sala Imersiva, define-se o ponto de vista do utilizador para apresentar as imagens com a perspetiva correta. Ao andar dentro do ambiente, por exemplo um aluno pode solicitar informações sobre variados aspetos ali presentes (rochas, vegetação, utensílios, etc.). A sala permite ao aluno sentir a galeria de exploração subterrânea (modelo tridimensional), flutuar naquele espaço, enquanto em simultâneo vê as suas próprias mãos no ambiente, podendo interagir, visualizar, navegar e analisar dados associados ao contexto. O sistema em desenvolvimento é voltado para a melhoria da qualidade de ensino, visando promover temas de Geologia, no âmbito das Ciências Naturais.

Projeto IMinelearn

A visita a geossítios de interesse geomineiro no Geopark Naturtejo, Geoparque Mundial da UNESCO é feita, em certos casos, com algumas condicionantes, considerando situações de acessibilidade, vulnerabilidade do próprio património e segurança dos visitantes, como é o caso da galeria mineira abandonada em estudo, incluída no geomonumento Complexo

Mineiro de Segura do Geopark Naturtejo e inserida no percurso pedestre “Rota das Minas”. Nesse sentido, a utilização de Tecnologias de Realidade Virtual permite superar algumas destas dificuldades, possibilitando aos visitantes usufruírem dos locais com visitas virtuais alternativas interpretadas (Rodrigues et al. 2014).

Do ponto de vista didático, estas aplicações não substituem as visitas de campo, pretendem antes auxiliar os alunos e professores com visitas virtuais que complementem o trabalho de campo no Geopark Naturtejo, promovendo a sua aprendizagem através de recriações de cenários de RV construídos a partir do Património Geomineiro do Geopark.

A EST e mais concretamente a unidade de investigação DISAC (Digital Services, Applications And Content), para além de outros domínios, realiza investigação sobre Sistemas Multimédia Bibliografia e Ambientes Virtuais. O professor Pedro Silva desde há muitos anos que trabalha e desenvolve projetos em parceria com o Geopark Naturtejo, Geoparque Mundial da UNESCO, mais concretamente com a geóloga Joana Rodrigues, designadamente projetos e aplicações no âmbito da Reconstrução Multimédia, Novas Tecnologias de apoio ao Património Cultural e Natural.

Este tipo de aplicações podem ser utilizadas como preparação de saídas de campo, como conclusão a visitas realizadas ao território ou, ainda, isoladamente por exemplo em escolas que não tenham possibilidade de se deslocar ao Geopark. A aplicação IMINELEARN dedicada às Minas de Segura, oferece uma solução tecnológica de experiências imersivas com a natureza, destinada quer a amantes da natureza, quer a exploradores (estudantes/ professores e investigadores). Para suportar estas experiências foi desenvolvido, também, uma aplicação de Gestão e Agendamento para as atividades realizadas pelo Geopark.

Efetuada em forma de Aplicação Web, o sistema de Agendamento e Gestão de Atividades visa melhorar e facilitar toda a gestão das atividades e, também, agilizar todo o processo de agendamento. No final de cada experiência, o utilizador preenche um questionário tipo quizz e obtém um certificado de participação. Este sistema de questionários é produzido e gerido na totalidade pelo administrador do sistema usando uma Aplicação Web de BackOffice.

Desde a fase inicial do projeto foi nossa pretensão a realização de um trabalho que, para além de lúdico, tivesse uma componente pedagógica e uma aplicabilidade real. Para ajudar nesse contexto contamos com a Naturtejo, empresa intermunicipal, gestora do Geopark Naturtejo que, para além de fornecer todos os conteúdos, irá colaborar na sua aplicação e teste em ambiente real, no Cento de Interpretação da Biodiversidade, em Segura.

Para a elaboração deste projeto foram traçados os seguintes objetivos: (i) Desenvolver uma experiência com um ambiente realista; (ii) Incluir o máximo de fotorrealismo dentro da experiência; (iii) Liberdade máxima do utilizador no movimento e nas interações possíveis; (iv) Transmissão de sensações como a audição e a visão para tornar o ambiente mais imersivo; (v) Tornar a experiência acessível ao utilizar um sistema de controlos simples.

No seguimento do desenvolvimento da experiência, e como forma a dar suporte á aplicação, foi também desenvolvida uma ferramenta web que permite a gestão e Agendamento de Atividades, que permitirá a gestão de utilizadores, atividades, eventos e marcações de visitas.

Em forma de resumo, a figura 1 apresenta a sequência de utilização pretendida com a proposta:



Local onde vai ser implementado o Projeto

No Geopark Naturtejo existe uma panóplia de espaços museológicos, que interpretam o património natural e cultural, assim como a identidade local. Este projeto foi desenvolvido para o Centro de Interpretação da Biodiversidade “Terras de Idanha” em Segura (Idanha-a-Nova). Este Centro de Interpretação, localizado em pleno Parque Natural do Tejo Internacional, apresenta a Biodiversidade e os habitats do concelho de Idanha-a-Nova de forma interativa através de dispositivos multimédia. São abordadas as rochas e as formas de relevo enquanto suporte para a Biodiversidade assim como os habitats e paisagens da Beira Alentejana. São apresentadas as rochas e os fósseis da região, não esquecendo os materiais usados nas construções históricas. Existe uma pequena mostra de produtos locais e um espaço dedicado ao Percurso Pedestre “Rota das



Fig. 1 - Sequência da utilização dos três sistemas



Minas". As figuras seguintes mostram espaços do centro de interpretação de Segura.

Com este projeto pretende-se dotar e enriquecer o espaço com a oferta de um sistema de RV para que os visitantes tenham possibilidade de "visitar a mina", interpretar o Percurso Pedestre "Rota das Minas" e, paralelamente, ter um sistema que de forma automática consiga avaliar a eficácia da estratégia, considerando os conhecimentos apreendidos, bem como oferecer um sistema que permite o agendamento on-line de visitas. Relativamente às tecnologias usadas, o HTC VIVE foi o hardware de RV que foi escolhido. Este conta com um display de alta definição e dois controlos de mão com um sistema sensível ao toque. A principal razão para a utilização deste equipamento foi o seu sistema de posicionamento. Suportado por dois dispositivos com o nome de Lighthouses, o qual consegue localizar a posição dos óculos e dos controlos ao mesmo tempo com uma precisão exata de 0.1 centímetros. Graças aos seus displays de OLED e a sua taxa de refrescamento de 90HZ, este equipamento tem uma correspondência perfeita no que

diz respeito à realização de uma imersão mais profunda. O Agisoft Photoscan foi o software responsável pelo processamento fotogramétrico de imagens gerando objetos 3D. Este software foi utilizado para gerar o interior da mina e converter as fotografias em objetos 3D apresentando em detalhe as rochas que a compõem.

O Unreal Engine 4 (UE4) foi o motor de jogo usado. A qualidade das imagens produzidas consegue chegar a um ponto ultrarrealista e a renderização mostra um forte desempenho. Este motor de jogo contém ainda um bom suporte para dispositivos de RV, um dos aspetos pelo qual foi o escolhido. Este software foi o usado para melhorar os objetos 3D gerado pelo Agisoft Photoscan melhorando a qualidade de modelação dos mesmos.

Para a implementação das Aplicações Web foram usadas as linguagens HTML5, CSS3, MySQL, PHP e Bootstrap4. Para a Aplicação dos agendamentos e para a parte dinâmica das aplicações foi utilizada também a framework CodeIgniter que utiliza o modelo de desenvolvimento MVC (Model-View- Controller) e na Aplicação dos Questionários foram utilizadas linguagens como Javascript, Json, Ajax e JQuery.

Para além da implementação do projeto no Centro de Interpretação da Biodiversidade de Segura, encontra-se em fase de testes uma versão digital sem realidade virtual, permitindo que todos os utilizadores possam usufruir desta experiência, sem ter de se deslocar ao Centro de Interpretação. Esta versão é ativada consoante a existência ou não de equipamentos VR ligados ao sistema, ou até mesmo da existência da instalação do SteamVR no sistema. Esta ativação altera o tipo de controlos a serem utilizados, podendo ser uma combinação de Rato e Teclado, um controlador de consola - XBOX, PlayStation, Steam Controller ou outros controladores que possuam suporte a XInput ou DirectInput - ambas implementações possíveis de controladores, assim como a câmara a ser utilizada, pode ser uma câmara controlada pelo rato ou joystick de comando. Esta solução bem como todas as outras aplicações e projetos em que a ESTCB esteve envolvida estão disponíveis na página do Geopark Naturtejo, no separador Geopark Virtual.

Conclusões

A evolução tecnológica está a levar o processo de ensino/aprendizagem para novos domínios. A Realidade Virtual terá um papel definitivo nessa evolução. Quando, devido avariados fatores, não é possível visitar certos locais e ter experiências reais, os sistemas de RV são uma ferramenta insubstituível. Com este projeto apresentamos uma solução virtual onde se criou um ambiente artificial de aprendizagem que possibilita a experiência sensorial e potencia a exploração de conteúdos sobre aspetos geológicos e mineiros. Os próximos passos passam pela instalação dos protótipos e infraestrutura de suporte aos sistemas no Centro de Interpretação da Biodiversidade de Segura e futuramente testar e avaliar os efeitos na aprendizagem usando esta tecnologia.

Equipa do Projeto:

Pedro Silva, R&D Unit in Digital Services,
Applications and Content. Nuno Pais, EST/
IPCB.

Gabriel Rodriguez, EST/IPCB.

J. Rodrigues, GEOPARK NATURTEJO.

Bibliografia

Rodrigues, J., Neto de Carvalho, C., Silva, P., Dias, R., Gaspar, C. & Fonseca, S. (2014) - Recursos digitais ao serviço do património geomineiro no Geopark Naturtejo. II Encontro Casa da Ciências - Portal Gulbenkian para Professores, Livro de Resumos, 61-63.

Geopark Naturtejo (2019), consultado em 17-dezembro-2018 em:

<https://www.naturtejo.com/> [21] Geopark

Naturtejo (2019), consultado em

18-dezembro-2018 em: <https://www.naturtejo.com/conteudo.php?id=27>

P.N. Moreira da Silva, N. Pais, G. Rodríguez, J. Rodrigues. "NEW DIMENSIONS OF LEARNING SPACE - IMMERSIVE TRAINING SYSTEMS", ICERI2018, 11th International Conference of Education, Research and Innovation, Seville, SPAIN, on the 12th-14th November, 2018, ISBN: 978-84-09-05948-5

Pedro Silva (2011) "A Influência do Digital na Criação de Espaços de Aprendizagem de Alta Qualidade - O Espaço Como Agente de Mudança", Universidade Fernando Pessoa, Porto 2011

A venda de Bens de Consumo e as garantias a ela relativas

(Um estudo em proveito do consumidor)



David Falcão
PhD
Professor Adjunto
da Escola Superior
de Gestão
do IPCB
david@ipcb.pt

O DL 67/2003 de 8 de abril, que regula certos aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela respeitantes, resultou da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva 1999/44/CE de 25 de maio¹, e estabeleceu um conjunto de regras que disciplinam o regime das garantias legais e voluntárias, reforçando o nível de proteção dos consumidores nesta matéria (artigo 1.º)².

¹ Cfr. MOTA PINTO, Paulo, “Anteprojeto de diploma de transposição da diretiva 1999/44/CE para o direito português. Exposição de motivos e articulado”, Estudos de Direito do Consumidor, n.º 3, 2001, págs. 165 e ss e SINDE MONTEIRO, Jorge, “Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho Relativa à Venda e às Garantias dos Bens de Consumo”, Revista Jurídica da Universidade Moderna - RJUM), ano I, 1998, págs. 461 e ss.

² De realçar, que nas relações de consumo, o DL 67/2003 de 8 de abril derroga as regras gerais respeitantes à venda de bens defeituosos (artigos 913 e ss do Código Civil (CC)). Cfr. Ac. Rel. Lisboa de 10/4/2018. Processo 3823/13.7TBALM.L1-7.

Volvidos cinco anos sobre a entrada em vigor do diploma, considerou-se necessário introduzir novas regras que permitissem ajustar o regime à realidade do mercado e colmatar algumas deficiências que resultavam da sua aplicação. Neste sentido, fazendo uso da prerrogativa conferida pelo artigo 8.º n.º 2³ da Diretiva 1999/44/CE de 25 de maio, o DL 84/2008 de 21 de maio, alterando e republicando o DL 67/2003 de 8 de abril, estabeleceu um prazo limite de 30 dias para a realização das operações de reparação ou de substituição de um bem móvel, com vista a evitar o prolongamento, por tempo excessivo, das operações de substituição e de reparação pouco complexas. Procedeu, de igual forma, ao aumento do prazo de seis meses para dois e três anos a contar da data da denúncia do defeito, conforme se trate, respetivamente, de um bem móvel ou imóvel, para a caducidade dos direitos dos consumidores, conferindo-lhes prazos mais alargados para a preparação da ação judicial. O DL, acrescentou, ainda, um prazo de dois ou de cinco anos de garantia para o bem sucedâneo, consoante se trate, respetivamente, de um bem móvel ou imóvel e consagrou a transmissão dos direitos conferidos pela garantia a terceiro adquirente do bem. Por força do artigo 1.º-A n.º 1, o diploma aplica-se

aos contratos de compra e venda celebrados entre profissionais e consumidores. Portanto, pode dizer-se que a compra e venda de bens de consumo é uma subespécie do contrato de compra e venda e, conseqüentemente, aplicam-se-lhe as regras gerais do Código Civil (CC), as regras da Lei de Defesa do Consumidor (LDC), as regras especiais do DL 67/2003 de 8 de abril, bem como todas as transversais aos contratos de consumo^{4,5}.

Dissecando o âmbito de aplicação do regime releva, em primeiro lugar, que se trate de um contrato de compra e venda; Em segundo, que o objeto do contrato seja um bem de consumo na aceção do artigo 1.º-B al. b), isto é, um bem imóvel ou móvel corpóreo^{6,7}, incluindo os bens usados; Em terceiro lugar, é determinante que os sujeitos da relação sejam um profissional e um consumidor em sentido amplo^{8,9}, na noção acolhida pelo artigo 1.º-B al. a).

O artigo 1.º-A n.º 2 estende o âmbito de aplicação do regime a outros contratos para além dos de compra e venda, desde que se verifique o fornecimento de um bem de consumo¹⁰. Assim, o diploma é aplicável, em primeiro lugar, com as necessárias adaptações, aos bens de consumo fornecidos no âmbito de um contrato de prestação de serviços¹¹,

³ O artigo 8.º n.º 2 da Diretiva estabelece que “Os Estados-Membros podem adoptar ou manter, no domínio regido pela presente directiva, disposições mais estritas, compatíveis com o Tratado, com o objectivo de garantir um nível mais elevado de protecção do consumidor”.

⁴ Cfr. MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, pág. 268.

⁵ Cfr. Ac. Rel. Guimarães de 17/1/2019. Processo 201/15.7T8BAO.G1.

⁶ O diploma exclui do seu âmbito de aplicação os bens incorpóreos, que não têm existência física, como por ex. direitos de autor, direitos de propriedade industrial.

⁷ Ao contrário da Diretiva 1999/44/CE de 25 de maio, o DL 67/2003 de 8 de abril não exclui do seu âmbito de aplicação os bens imóveis nem bens como água, gás ou eletricidade (uma vez que se trata de bens corpóreos). Cfr. MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, pág. 270 e 271 e CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, pág. 59.

⁸ Relativamente à noção de consumidor prevista na Diretiva 1999/44/CE de 25 de maio (artigo 1.º n.º 2 al. a)), o legislador português deixou cair a referência ao consumidor enquanto pessoa singular, preferindo adotar a noção ampla do conceito.

⁹ Em sentido contrário cfr. CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, págs. 55 e ss.

¹⁰ Releva que seja fornecido ao consumidor um bem novo de que este não dispusesse anteriormente ou que, já dispondo de tal bem, o profissional o transforme de forma a que seja considerado um bem distinto. Cfr. MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, pág. 273.

¹¹ Cfr. Ac. Rel. Lisboa de 1/2/2018. Processo 13/13.2TBSVC.L1-2 e Ac. Rel. Porto de 15/12/2016. Processo 103/14.4T8PFR.P1.

em particular de empreitada¹². Exclui-se, no entanto, a responsabilidade do profissional se a falta de conformidade decorrer dos materiais fornecidos pelo consumidor (artigo 2.º n.º 3 *in fine*). Tem sido entendimento na doutrina que as empreitadas de recuperação, conservação ou reparação de bens que o consumidor já possuía ficam excluídas do âmbito de aplicação do DL, exceto se forem inseridas, no bem, peças novas¹³. Por sua vez, na jurisprudência¹⁴, tem-se sustentado que a atual redação do artigo 1.º-A n.º 2 permite abranger, não apenas, a empreitada de construção, mas também a empreitada de reparação ou modificação devendo ser qualificado como empreitada de consumo o contrato celebrado por quem destina a obra encomendada a um uso não profissional e alguém que exerce, com carácter profissional, uma determinada atividade económica, a qual abrange a realização da obra em causa, mediante remuneração. Na verdade, na primitiva redação do DL 67/2003 de 8 de abril, o artigo 1.º n.º 2 determinava que o seu regime legal era aplicável, com as necessárias adaptações, aos contratos de fornecimento de bens de consumo a fabricar ou a produzir. Era, então, entendimento comum que a norma apenas relevava quanto a contratos de empreitada cuja prestação consistisse na realização duma obra de criação de coisa nova, não se aplicando aos contratos que tivessem por objeto a simples reparação, limpeza, modificação, manutenção ou destruição duma coisa já existente. Com a atual redação da norma, dada pelo DL 84/2008, de 21 de maio, parece-nos que para se qualificar determinado contrato, enquanto contrato de empreitada de consumo, deve verificar-se,

cumulativamente, dois elementos: 1) Existência de relação de consumo e 2) transmissão de um bem de consumo, no âmbito do contrato de empreitada, independentemente de se tratar de um bem novo ou usado. Portanto, deve admitir-se que empreitadas de construção, recuperação, conservação ou reparação de bens que o consumidor já possuía se podem qualificar como empreitadas de consumo, desde que se verifique a transmissão de um bem novo ou usado, no âmbito de uma relação de consumo, aplicando-se as normas do diploma. Veja-se a título de exemplo um consumidor que se dirige a uma oficina de reparação de automóveis com um problema no turbo da sua viatura. O profissional sugere, para que a prestação do serviço de reparação seja menos dispendiosa, um turbo recondicionado. À luz da primitiva redação da norma em análise, não seria de admitir tratar-se de uma empreitada de consumo. Com a norma em vigor, trata-se de uma empreitada de consumo.

Por seu turno, o DL aplica-se, igualmente, à locação¹⁵ de bens de consumo. Trata-se de uma inovação do diploma relativamente à Diretiva 1999/44/CE de 25 de maio tendo o legislador português, englobado, no âmbito do diploma, não só o arrendamento de imóveis, mas também o aluguer de móveis, o aluguer de longa duração, a locação financeira¹⁶ mobiliária e a imobiliária e a locação com cláusula de aquisição no fim do período de pagamento de todas as rendas¹⁷.

Por fim, o artigo 2.º n.º 4 do DL 67/2003 de 8 de abril, estende, ainda, o âmbito de aplicação às situações de falta de conformidade que resultem de má instalação do bem de consumo, quando a instalação faça parte do contrato

¹² Cfr. ROMANO MARTINEZ, Pedro, “Empreitada de Bens de Consumo - A transposição da Directiva n.º 199/44/CE pelo Decreto-Lei n.º 67/2003”, *Estudos do Instituto do Direito do Consumo*, Vol. II, Almedina, Coimbra, 2004, págs. 11 e ss.

¹³ Cfr. MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, págs. 273 e 274 e CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, pág. 66. Em sentido inverso e no sentido da inclusão não apenas da empreitada de construção, mas da de reparação ou modificação cfr. Ac. Rel. Porto de 12/10/2017. Processo 392/13.1TVPR.T.P1.

¹⁴ Cfr. Ac. Rel. Porto de 12/10/2017. Processo 392/13.1TVPR.T.P1; Ac. Rel. Guimarães de 14/2/2019. Processo 995/16.2T8BGC.G2; Ac. Rel. Guimarães de 12/7/2016. Processo 59/12.8TBPCR.G1 e Ac. Rel. Lisboa de 9/2/2010. Processo 72/08.0TBPST.L1-7.

¹⁵ Cfr. Artigo 1022.º do CC.

¹⁶ Cfr. DL 149/95 de 24 de junho.

¹⁷ Cfr. CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, págs. 66 e 67.

de compra e venda e tiver sido efetuada pelo profissional, ou sob sua responsabilidade, ou quando o produto, que se prevê que seja instalado pelo consumidor, por ele for instalado, e a má instalação se dever a incorreções existentes nas instruções de montagem.

1.2. Conformidade

Em sede de cumprimento dos contratos de compra e venda de bens de consumo (e equiparados), assim como da generalidade dos contratos de consumo, assume especial relevância a expressão conformidade com o contrato¹⁸. Neste sentido, o artigo 2.º n.º 1 do 67/2003 de 8 de abril estabelece que o vendedor deve entregar ao consumidor bens que sejam conformes com o contrato¹⁹. A formulação genérica da noção de conformidade permite reunir num só grupo as situações mais comuns de vício, falta de qualidade, diferença de identidade, isto é, entrega de um bem distinto do acordado²⁰ e diferença de quantidade²¹.

O artigo 2.º n.º 2, por sua vez, fixa um elenco de presunções, de forma meramente enunciativa, traduzindo as situações mais comuns de falta de conformidade²². A formulação dessas presunções é, no diploma, feita pela negativa. É dizer, presume-se a não conformidade do bem com o contrato caso se verifique pelo menos uma das situações, no artigo descritas. Já no homónimo artigo da Diretiva 1999/44/CE de 25 de maio (artigo 2.º n.º 2), tal formulação é feita pela positiva, presumindo-se que os bens de consumo são conformes com o contrato, se cumulativamente, se verificarem todos os factos aí descritos²³. Segundo a Diretiva, caberia ao consumidor ilidir alguma das presunções provando a falta de conformidade. Já relativamente à redação dada pelo legislador português, a única e possível interpretação é a de que as presunções previstas no artigo 2.º n.º 2 são inilidíveis²⁴ pois, se o consumidor provar a falta de conformidade, não será de admitir que o profissional venha a provar a conformidade de um bem, relativamente ao qual, já se provou ser desconforme²⁵.

No que concerne aos critérios para aferição da conformidade do bem com o contrato, previstos

¹⁸ Cfr. ENGRÁCIA ANTUNES, José, *Direito do Consumo*, Almedina, Coimbra, 2019, pág. 158.

¹⁹ A respeito cfr. MORAIS CARVALHO, Jorge e PINTO MONTEIRO, António, “Direitos do Consumidor em Caso de Falta de Conformidade do Bem com o Contrato”, *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, Ano 145.º, n.º 3994, 2016, págs. 237 e ss e CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, págs. 80 e ss.

²⁰ A noção de conformidade acolhida pelo DL 67/2003 de 8 de abril dispensa, ao contrário do que ainda acontece com o regime da Venda de Coisas Defeituosas do CC, o recurso ao regime do erro para invocar a desconformidade relativa à diferença de identidade, em particular, e às demais situações de falta de conformidade (caso o consumidor pretenda anular o contrato). Basicamente, o erro é reduzido à falta de conformidade com o referido diploma. Cfr. Ac. Rel. Coimbra de 25/6/2013. Processo 92/11.7T2SVV.C1 e Ac. Rel. Coimbra de 15/5/2012. Processo 70/11.6TBTCS.C1.

²¹ Neste sentido cfr. MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, pág. 277 e FERREIRA de ALMEIDA, Carlos, *Direito do Consumo*, Almedina, Coimbra, 2005, págs. 161.

²² Cfr. CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, pág. 83.

²³ Cfr. MOTA PINTO, Paulo, “Conformidade e Garantias na Venda de Bens de Consumo – a Directiva 1999/44/CE e o Direito Português”, *Estudos de Direito do Consumidor*, n.º 2, 2000, pág. 225; MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, págs. 280 e ss e CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, pág. 84.

²⁴ Em sentido semelhante cfr. ENGRÁCIA ANTUNES, José, *Direito do Consumo*, Almedina, Coimbra, 2019, pág. 158. Em sentido inverso cfr. Ac. Rel. Coimbra de 20/11/2012. Processo 6646/05.3TBLRA.C1; Ac. Rel. Guimarães de 1/2/2018. Processo 783/15.3T8FAF.G1. No sentido de não dever considerar-se um elenco de presunções cfr. MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, pág. 281 e ss.

²⁵ Cfr. MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, pág. 281.

no DL, o referido artigo 2.º n.º 2, enfatiza:

- Em primeiro lugar, a descrição que desse bem é feita pelo vendedor (artigo 2.º n.º 2 al. a) primeira parte), isto é, todo o tipo de declaração dirigida ao público, através de qualquer forma de comunicação comerciais, incluindo a publicidade, excluindo-se, naturalmente, as pouco precisas ou pouco objetivas, devendo tal declaração do vendedor ser interpretada em harmonia com o artigo 236.º do CC (veja-se, por ex. uma comunicação de um vendedor de carne, descrevendo a sua carne como a mais tenra de Portugal)²⁶;
- Em segundo lugar, nos termos do artigo 2.º n.º 2 al. a) segunda parte, que as qualidades do bem que o vendedor tenha apresentado como amostra ou modelo vinculam, relativamente ao consumidor, devendo a coisa vendida ser de qualidade equivalente à referida amostra ou modelo²⁷ (veja-se, por ex., quando se verifique falta de coincidência de uma fotografia num catálogo ou de um modelo em exibição com o bem posteriormente vendido);
- Em terceiro lugar, a adequação ao uso específico para o qual o consumidor destine o bem e do qual tenha informado o vendedor quando celebrou o contrato e que este tenha aceite (artigo 2.º n.º 2 al. b). Para além do uso habitual, o legislador entendeu particularizar, e presumir a falta de conformidade, se o bem não se adequar a uma utilização específica (e fora da esfera do referido uso habitual), desde que tal especificidade tenha sido previamente acordada pelas partes²⁸ (veja-se, por ex., um consumidor que pretenda

adquirir uma máquina de lavar roupa mas que, simultaneamente, a seque).

- Em quarto lugar, a adequação às utilizações habitualmente dadas aos bens do mesmo tipo (artigo 2.º n.º 2 al. c). Relevam, portanto, todas as utilizações habituais dadas ao bem, devendo, a conformidade, aferir-se objetivamente e não por remissão à intenção de um consumidor individualmente considerado, mas ao uso ou usos comuns desse bem²⁹;
- Em quinto lugar, as qualidades e desempenho habituais nos bens do mesmo tipo que o consumidor possa razoavelmente esperar, atendendo à natureza do bem e, eventualmente, às declarações públicas sobre as suas características concretas feitas pelo vendedor, pelo produtor ou pelo seu representante, nomeadamente na publicidade ou na rotulagem (artigo 2.º n.º 2 al. d)). Esta alínea, destaca, para se aferir da conformidade, as próprias características essenciais e a performance do bem que deve ser apto a satisfazer os fins legitimamente esperados pelo consumidor (no esteio do artigo 236.º do CC)³⁰, não se olvidando que as informações concretas e objetivas contidas nas mensagens publicitárias de determinado bem, serviço ou direito se devem considerar integradas no conteúdo dos contratos que se venham a celebrar após a sua emissão (artigo 7.º n.º 5 da LDC)³¹.

Em todo o caso, a falta de conformidade não relevará para a aplicação do regime se, aquando da celebração do contrato, o consumidor a

²⁶ Cfr. ENGRÁCIA ANTUNES, José, *Direito do Consumo*, Almedina, Coimbra, 2019, pág. 159; CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, págs. 85 e ss e MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, págs. 285 e ss.

²⁷ MENEZES LEITÃO, Luís, "O Novo Regime da Venda de Bens de Consumo", *Estudos do Instituto do Direito do Consumo*, Vol. II, Almedina, Coimbra, 2004, pág. 48.

²⁸ Cfr. ENGRÁCIA ANTUNES, José, *Direito do Consumo*, Almedina, Coimbra, 2019, pág. 160 e MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, pág. 291.

²⁹ Cfr. MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, pág. 288 e ss e MENEZES LEITÃO, Luís, "O Novo Regime da Venda de Bens de Consumo", *Estudos do Instituto do Direito do Consumo*, Vol. II, Almedina, Coimbra, 2004, pág. 48.

³⁰ MOTA PINTO, Paulo, "Conformidade e Garantias na Venda de Bens de Consumo – a Directiva 1999/44/CE e o Direito Português", *Estudos de Direito do Consumidor*, n.º 2, 2000, págs. 240 e ss.

³¹ Cfr. ENGRÁCIA ANTUNES, José, *Direito do Consumo*, Almedina, Coimbra, 2019, pág. 160 e MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, págs. 292 e ss.

conhecia ou não podia razoavelmente ignorá-la³² após a realização de um exame diligente (artigo 2.º n.º 3). De referir que o ónus da prova do conhecimento do consumidor da falta de conformidade recai sobre o vendedor (artigo 342.º n.º 2 do CC).

Ainda na senda da falta de conformidade do bem com o contrato, o artigo 2.º n.º 4, equipara-a à falta de conformidade resultante de má instalação quando a instalação fizer parte do contrato de compra e venda e tiver sido efetuada pelo vendedor, ou sob sua responsabilidade, ou quando o produto, que se prevê que seja instalado pelo consumidor, for instalado pelo consumidor e a má instalação se dever a incorreções existentes nas instruções de montagem³³.

1.3. Entrega do Bem

O artigo 3.º dispõe que o vendedor responde perante o consumidor pela falta de conformidade que exista no momento da entrega do bem, presumindo-se tal falta de conformidade existente no momento da entrega quando se manifeste num prazo de dois ou de cinco anos a contar da data de entrega de coisa móvel ou imóvel, respetivamente.

Da análise do artigo depreende-se que o momento da entrega assume especial importância por distintas razões, a saber:

- A conformidade do bem afere-se nesse mesmo momento, o que, por sua vez, não deve interpretar-se como exonerando o vendedor pela falta de conformidade no momento da entrega, se a celebração do contrato for anterior a tal entrega, e no momento da celebração não existir desconformidade³⁴.
- Ao invés do regime geral previsto no artigo 796.º do CC, apenas no momento da entrega se transfere para o consumidor o risco de perecimento ou deterioração do bem, respondendo o vendedor, antes de tal momento, pelo perecimento ou deterioração (veja-se, reforçando o previsto no artigo 3.º n.º 1, o artigo 9.º-C da Lei de Defesa do Consumidor (LDC))³⁵.
- O n.º 2 do artigo 3.º responsabiliza o vendedor por qualquer falta de conformidade que se manifeste num prazo de dois³⁶ ou de cinco anos a contar da data de entrega de coisa móvel ou imóvel, respetivamente, presumindo-a já existente nessa data. Cabe, pois, ao consumidor fazer prova da desconformidade, dentro do prazo de garantia (e de denúncia do defeito), para que opere a presunção. Tal disposição, permite liberar o consumidor de fazer prova da desconformidade no momento da entrega³⁷. Caberá ao vendedor, de forma a ilidir a presunção, fazer dupla prova, por um lado, da inexistência da falta de conformidade no momento da entrega e, por outro, revelando-se a falta de conformidade em momento

³² Excluem-se, portanto, os defeitos visíveis ou aparentes. Cfr. CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, pág. 93.

³³ Ampliam-se e estendem-se, desta forma, a regras relativas à venda de bens de consumo aos serviços de instalação desses bens. Cfr. MENEZES LEITÃO, Luís, "O Novo Regime da Venda de Bens de Consumo", *Estudos do Instituto do Direito do Consumo*, Vol. II, Almedina, Coimbra, 2004, pág. 53 e CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, págs. 94 e 95.

³⁴ Cfr. MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, pág. 310.

³⁵ Cfr. CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, págs. 99 e ss e MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, págs. 310 e ss.

³⁶ O legislador português estabeleceu um prazo mais alargado que o de 6 meses previsto na Diretiva 1999/44/CE de 25 de maio (artigo 5.º n.º 3) liberando o consumidor do ónus da prova da existência da falta de conformidade no momento da entrega por mais tempo.

³⁷ Cfr. CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, págs. 101 e ss.

posterior, que esta resultou de facto que não lhe é imputável^{38,39}.

1.4. Direitos do Consumidor

No que diz respeito aos direitos do consumidor em virtude da falta de conformidade, o artigo 4.º n.º 1, estabelece que quele tem direito a que esta seja reposta sem encargos, por meio de reparação ou de substituição, redução adequada do preço ou resolução do contrato. Contrariamente à Diretiva 1999/44/CE de 25 de maio, o diploma português não estabelece uma hierarquia ou priorização relativamente aos direitos. Portanto, o consumidor poderá escolher qualquer um deles, apenas com as limitações impostas pelo n.º 5 do artigo 4.º, que se prendem, por um lado, com a impossibilidade (nomeadamente quando se trate de coisa infungível) e, por outro, com o abuso de direito (artigo 334.º do CC)^{40,41}.

1.4.1. Reparação e Substituição

Quanto à reparação ou substituição do bem, tratando-se de um bem imóvel, estas devem ser realizadas dentro de um prazo razoável, tendo em conta a natureza do defeito, e tratando-se de um bem móvel, num prazo máximo

de 30 dias, em ambos os casos sem grave inconveniente para o consumidor⁴² (artigo 4.º n.º 2). O incumprimento do prazo legitima o consumidor a optar pelo exercício de qualquer outro dos direitos⁴³. Se é certo que o DL 84/2008 de 21 de maio balizou o prazo máximo para operações de reparação ou substituição dos bens móveis, com o intuito de evitar o prolongamento, por tempo excessivo, de tais operações pouco complexas, quanto aos bens imóveis apenas se alude a um conceito vago, o prazo razoável. Com explica Morais Carvalho, deve, no caso, proceder-se à análise da situação concreta que permita concluir sobre o prazo normal para efetuar aquela reparação ou substituição⁴⁴.

Da reparação ou substituição não deve resultar qualquer custo para o consumidor. O artigo 4.º n.º 3 esclarece, de forma exemplificativa, que os encargos se traduzem em despesas necessárias à reposição da conformidade, incluindo, designadamente, as despesas de transporte, de mão-de-obra e material.

1.4.2. Redução Adequada do Preço e Resolução do Contrato

O artigo 4.º n.º 4 estabelece que os direitos de resolução do contrato e de redução do preço podem ser exercidos mesmo que o bem tenha perecido ou se tenha deteriorado por motivo

³⁸ Cfr. MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, págs. 315 e ss.

³⁹ Cfr. Ac. Rel. Guimarães de 17/1/2019. Processo 201/15.7T8BAO.G1; Ac. Rel. Lisboa de 12/3/2009. Processo 993/06-2 e Ac. Rel. Guimarães de 26/1/2017. Processo 1446/15.5T8CHV.G1.

⁴⁰ Neste sentido cfr. MORAIS CARVALHO, “Direitos do Consumidor na Compra de Bens de Consumo”, *Estudos de Direito do Consumidor*, n.º 12, 2017, pág. 38. No sentido da existência da hierarquia dos direitos cfr. CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, págs. 105 e ss.

⁴¹ A posição dominante acolhida na jurisprudência é a de desconsiderar a existência de hierarquia. Cfr. Ac. Rel. Coimbra de 15/12/2016. Processo 1638/11.6TBACB.C1; Ac. Rel. Lisboa de 29/4/2014. Processo 2491/11.5YXLSB.L1-6; Ac. Rel. Lisboa de 17/12/2015. Processo 1473/11.YXLSB.L1-2 e Ac. Rel. Guimarães de 14/2/2019. Processo 995/16.2T8BGC.G2.

⁴² O prazo máximo de 30 dias deve ser interpretado no sentido de não causar grave inconveniente ao consumidor, pois, este terá direito à reparação ou substituição em prazo inferior se os 30 dias se revelarem excessivos, causando-lhe grave inconveniente.

⁴³ Cfr. MORAIS CARVALHO, “Direitos do Consumidor na Compra de Bens de Consumo”, *Estudos de Direito do Consumidor*, n.º 12, 2017, pág. 46.

⁴⁴ Cfr. MORAIS CARVALHO, “Direitos do Consumidor na Compra de Bens de Consumo”, *Estudos de Direito do Consumidor*, n.º 12, 2017, pág. 46.

não imputável ao consumidor⁴⁵. O consumidor não poderá, por um lado, optar pela resolução se a falta de conformidade revestir escassa importância pois tal constituiria abuso de direito (artigo 802.º do CC conjugado com o artigo 4.º n.º 5)⁴⁶. Por outro lado, apesar da resolução do contrato ter efeito retroativo (434.º n.º 1 do CC), parece-nos que deva acarretar uma redução do preço a restituir pelo vendedor em virtude da utilização do bem⁴⁷, pois, se assim não fosse, a restituição integral do preço (e a correspondente devolução do bem), com o uso e desgaste entretanto sofrido, constituiria, na realidade, enriquecimento sem causa (artigo 473.º do CC) por parte do consumidor e, igualmente, violador da boa fé contratual⁴⁸. No que concerne à redução adequada do preço, pode dizer-se que pressupõe o interesse do consumidor na manutenção do contrato. Portanto, o consumidor, ficando com o bem desconforme, opta pela redução do seu preço. Os critérios para se proceder à operação de redução devem atender à desvalorização do bem em virtude da sua desconformidade com o contrato. O vendedor reembolsará o consumidor no montante resultante da referida operação de redução de molde a reequilibrar as prestações⁴⁹.

1.4.3. Indemnização

Para além dos direitos previstos no diploma, o consumidor tem direito à reparação dos danos resultantes da falta de conformidade. Trata-se de um princípio de responsabilidade subjetiva que, não resultando diretamente do DL 67/2003 de 8 de abril, emerge do artigo 12.º n.º 1 da LDC⁵⁰. Portanto, o vendedor é responsável pelo prejuízo que tenha causado ao consumidor, for falta culposa do cumprimento da obrigação de conformidade⁵¹. Tratando-se de responsabilidade civil contratual, a culpa presume-se (artigo 799.º do CC), cabendo ao consumidor provar a falta de conformidade, o dano e o nexo de causalidade. É de sublinhar que a privação do uso do bem durante operações de reparação ou substituição é, igualmente, indemnizável⁵². O consumidor terá de provar o dano resultante da privação e o nexo de causalidade entre este e a falta de conformidade. Quanto ao prazo para a interposição da ação de indemnização devem ser os mesmos que os previstos no artigo 5.º-A, sob pena de incoerência do sistema⁵³.

⁴⁵ Desde logo a norma afasta-se do regime geral previsto no artigo 432.º n.º 2 do CC que estabelece que a parte que, por circunstâncias não imputáveis ao outro contraente, não estiver em condições de restituir o que houver recebido não tem o direito de resolver o contrato. Por outras palavras, perecendo ou deteriorando-se o bem, o consumidor poderá resolver o contrato independentemente da falta de conformidade ser ou não imputável ao vendedor.

⁴⁶ Cfr. CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, pág. 109.

⁴⁷ Em sentido inverso cfr. MORAIS CARVALHO, “Direitos do Consumidor na Compra de Bens de Consumo”, *Estudos de Direito do Consumidor*, n.º 12, 2017, pág. 54. No mesmo sentido cfr. CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, pág. 109.

⁴⁸ Cfr. Ac. Rel. Guimarães de 1/2/2018. Processo 783/15.3T8FAF.G1 e Ac. Rel. Porto de 2/3/2015. Processo 9455/09.7TBMAI.P1.

⁴⁹ Cfr. MORAIS CARVALHO, “Direitos do Consumidor na Compra de Bens de Consumo”, *Estudos de Direito do Consumidor*, n.º 12, 2017, págs. 55 e 56.

⁵⁰ Cfr. Ac. Rel. Porto de 14/12/2017. Processo 3293/16.8T8MTS.P1 e Ac. Rel. Guimarães de 1/2/2018. Processo 783/15.3T8FAF.G1;

⁵¹ Cfr. MORAIS CARVALHO, “Direitos do Consumidor na Compra de Bens de Consumo”, *Estudos de Direito do Consumidor*, n.º 12, 2017, págs. 59 e 60.

⁵² Cfr. Ac. Rel. Évora de 5/3/2009. Processo 2612/08-3; Ac. Rel. Guimarães de 12/10/2017. Processo 250/16.8T8VRL.G1 e Ac. Rel. Porto de 9/7/2009. Processo 2027/08.5TJPRP.P1.

⁵³ Neste sentido cfr. Ac. STJ de 12/1/2010. Processo 2212/06.4TBMAI.P1.21; Ac. Rel. Guimarães de 1/2/2018. Processo 783/15.3T8FAF.G1 e Ac. Rel. Lisboa de 5/6/2012. Processo 3497/11.0TCLRS-A.L1-7. Em sentido contrário cfr. MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, págs. 340 e 341.

1.4.4. Transmissão dos Direitos

Uma das inovações introduzidas pelo legislador português relativamente à Diretiva 1999/44/CE de 25 de maio, foi a da transmissão dos direitos conferidos pelo diploma ao consumidor a terceiro adquirente do bem. Desta forma, dissiparam-se as dúvidas em torno da questão. Assim, o artigo 4.º n.º 6, introduzido pelo DL 84/2008 de 21 de maio, estabelece que os direitos atribuídos pelo artigo 4.º se transmitem a terceiro adquirente do bem^{54,55}. Portanto, fazendo uso da prerrogativa conferida pelo artigo 8.º da Diretiva 1999/44/CE de 25 de maio, o legislador português estabeleceu uma proteção mais elevada ao consumidor⁵⁶.

1.5. Prazo de Garantia e Para o Exercício dos Direitos

1.5.1. Prazo de Garantia

O prazo de garantia legal é de dois anos⁵⁷, tratando-se de coisa móvel e, de cinco anos, tratando-se de coisa imóvel, a contar da data da respetiva entrega (artigo 5.º n.º 1). Portanto, o consumidor pode exercer os direitos de reparação, substituição, redução adequada do preço ou resolução do contrato se a falta de conformidade se revelar dentro dos prazos referidos. O legislador nacional ao fazer coincidir os prazos de garantia previstos no artigo 5.º n.º 1 e os prazos de presunção de existência de falta de conformidade no momento da entrega, estabelecidos no artigo 3.º n.º 2, libera o consumidor do ónus da prova da existência de falta de conformidade no momento da

entrega, tendo, este, apenas de provar que a falta de conformidade se revelou dentro do respetivo prazo⁵⁸. No nosso direito interno, o prazo de presunção da existência de falta de conformidade dos bens móveis no momento da entrega é mais alargado do que o de 6 meses previsto na Diretiva 1999/44/CE de 25 de maio (artigo 5.º n.º 3)⁵⁹, o que, por sua vez, libera o consumidor do ónus da prova da existência da falta de conformidade no momento da entrega durante mais tempo, é dizer, ao abrigo da Diretiva, decorridos seis meses da entrega do bem, o ónus da prova da falta de conformidade existente no momento da entrega recai sobre o consumidor.

O artigo 5.º n.º 2 prevê a possibilidade de redução do prazo de garantia legal a um ano mediante a observância de dois pressupostos:

- Tratar-se de bem móvel usado;
- e
- Haver acordo das partes em reduzir tal prazo.

Como explica Calvão da Silva, a redução do prazo de garantia dos bens móveis usados, nos termos descritos, fundamenta-se na expectativa mais baixa que o consumidor terá relativamente à sua qualidade e performance⁶⁰.

Em caso de substituição do bem originário, o artigo 5.º n.º 6 estabelece um prazo de garantia para o bem sucedâneo de dois ou de cinco anos a contar da data da entrega, conforme se trate, respetivamente, de bem móvel ou imóvel. Se é certo que o artigo 5.º n.º 6 consagra uma interrupção do prazo de garantia⁶¹, na medida em que tal prazo se reinicia a partir do momento da substituição do bem, o artigo 5.º

⁵⁴ Sublinhe-se que o artigo 9.º n.º 4, a propósito dos direitos conferidos pela garantia voluntária, se transmitem a terceiro adquirente do bem, exceto declaração em contrário.

⁵⁵ Cfr. Ac. Rel. Lisboa de 17/1/2017. Processo 826/07.4TCFUN.L1-1.

⁵⁶ Cfr. CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, pág. 114.

⁵⁷ Fora das relações de consumo, o prazo é de 6 meses, em conformidade com o artigo 916.º n.º 2 do CC.

⁵⁸ Cfr. MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, págs. 336 e 337.

⁵⁹ Recorde-se que a Diretiva 1999/44/CE de 25 de maio exclui do seu âmbito de aplicação os bens imóveis.

⁶⁰ Cfr. CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, pág. 116.

Defendendo uma posição contrária, de que a valia de um bem usado pode, justamente, fundar-se no facto de ser antigo, não se podendo concluir por uma menor exigência de qualidade cfr. MOTA PINTO, Alexandre, "Venda de Bens de Consumo e Garantias - O Direito Vivido nos Tribunais", I Congresso de Direito do Consumo, Almedina, Coimbra, 2016, pág. 194.

n.º 7, prevê a sua suspensão a partir da data da denúncia da falta de conformidade e durante o período em que o consumidor estiver privado do uso dos bens, recomeçando a contagem após a reposição da conformidade e desde a entrega do bem ao consumidor^{62,63}.

1.5.2. Prazos Para o Exercício dos Direitos

No que concerne aos prazos para o exercício dos direitos, para além dos de garantia há a considerar, em primeiro lugar, os de denúncia da falta de conformidade e, em segundo, os de caducidade da ação.

1.5.2.1. Denúncia da Falta de Conformidade

O diploma faz recair sobre o consumidor o ónus de denunciar a falta de conformidade num prazo de dois meses⁶⁴, caso se trate de bem móvel, ou de um ano, se se tratar de bem imóvel, a contar da data em que a tenha detetado (artigo 5-A n.º 2), sob pena de caducidade dos direitos atribuídos pelo artigo 4.º n.º 1 (artigo 5-A n.º 1)⁶⁵. É nosso entender que os prazos de denúncia da falta de conformidade têm uma tripla função:

-Primeira, informativa⁶⁶;

-Segunda, evitar o agravamento do defeito e, consequentemente, o eventual aumento de prejuízos desnecessários para o vendedor com a reposição da conformidade;

-Terceira, garantir a reposição da conformidade num curto espaço de tempo⁶⁷.

1.5.2.2. Caducidade da Ação

No que diz respeito ao prazo de caducidade da ação, o artigo 5.º-A n.º 3, estabelece que, em caso de litígio, o consumidor dispõe de dois ou três anos⁶⁸ a contar da data da denúncia⁶⁹, consoante se trate de bem móvel ou imóvel, respetivamente, para a interpor por forma a fazer valer os seus direitos⁷⁰.

De realçar que a contagem do prazo se suspende, em duas situações, previstas no artigo 5.º-A n.º 4:

-À semelhança do prazo de garantia, durante o período em que o consumidor estiver privado do uso do bem para efeito de realização de operações de reposição da conformidade;

-Durante o tempo em que durar a tentativa de resolução extrajudicial do conflito de consumo que opõe o consumidor ao vendedor ou ao produtor, com exceção da arbitragem⁷¹.

⁶¹ Cfr. CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, pág. 117.

⁶² O artigo 5.º n.º 7 aplica-se, apenas, em caso do exercício, pelo consumidor, do direito à reparação ou redução adequada do preço, pois, em caso de substituição, aplica-se o artigo 5.º n.º 6, e da resolução do contrato resulta a extinção dos seus efeitos, devendo as partes devolver o que foi prestado. Cfr. MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, pág. 340.

⁶³ Cfr. Ac. Rel. Guimarães de 22/10/2015. Processo 193/13.7TBFAF.G1.

⁶⁴ Fora das relações de consumo o prazo é de 30 dias (artigo 916.º n.º 2 do CC).

⁶⁵ Cfr. Ac. Rel. Porto de 14/12/2017. Processo 3293/16.8T8MTS.P1; Ac. Rel. Coimbra de 15/12/2016. Processo 1638/11.6TBACB.C1 e Ac. Rel. Guimarães de 1/2/2018. Processo 783/15.3T8FAF.G1.

⁶⁶ Cfr. MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, pág. 341.

⁶⁷ Cfr. ROMANO MARTINEZ, Pedro, "Empreitada de Bens de Consumo - A transposição da Directiva n.º 199/44/CE pelo Decreto-Lei n.º 67/2003", *Estudos do Instituto do Direito do Consumo*, Vol. II, Almedina, Coimbra, 2004, pág. 33.

⁶⁸ O DL 67/2003 de 8 de abril, antes de alterado e republicado pelo DL 84/2008 de 21 de maio, previa no seu artigo 5.º n.º 4, um prazo para interposição da ação de, somente, seis meses, independentemente da natureza do bem. Com a referida alteração, procurou-se harmonizar o regime com a Directiva 1999/44/CE de 25 de maio. Cfr. CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, pág. 122.

⁶⁹ Fora das relações de consumo o prazo para a interposição da ação é, por interpretação extensiva do artigo 917.º do CC, de 6 meses.

⁷⁰ Cfr. Ac. Rel. Porto de 5/3/2018. Processo 177/15.0T8CPV-A.P1 e Ac. Rel. Guimarães de 12/10/2017. Processo 4001/15.6T8VCT.G1.

1.6. Responsabilidade do Produtor

O produtor responde objetivamente pelos danos resultantes de morte e lesão pessoal e pelos causados em coisa distinta da defeituosa. Para além do princípio de responsabilidade civil objetiva, previsto no artigo 12.º n.º 2 da LDC e 8.º do DL 383/89 de 6 de novembro, o consumidor pode optar por exigir ao produtor a reposição da conformidade do bem com o contrato (artigo 6.º n.º 1 do DL 67/2003 de 8 de abril). Portanto, o consumidor pode exigir a reposição da conformidade ao vendedor, produtor ou a ambos⁷². Esta responsabilidade direta do produtor pela reposição da conformidade, prevista no artigo 6.º n.º 1, apenas tem aplicação quanto aos direitos de reparação ou substituição pois, não existindo relação contratual entre consumidor e produtor, não faria sentido a extensão do âmbito do artigo à resolução do contrato ou redução adequada do preço⁷³, uma vez que estes devem ser exercidos junto do vendedor. Por outro lado, a faculdade de exigir a reposição da conformidade diretamente ao produtor é excluída se se manifestar impossível ou desproporcionada tendo em conta o valor que o bem teria se não existisse falta de conformidade, a importância desta e a possibilidade de a solução alternativa ser concretizada sem grave inconveniente para o consumidor.

A responsabilidade direta do produtor está, logicamente, dependente da possibilidade de lhe ser imputável a falta de conformidade (veja-se, por ex., defeitos de fabrico)⁷⁴. Neste sentido, o artigo 6.º n.º 2 consagra um conjunto de factos que permitem concluir que a responsabilidade não será do produtor, legitimando, conseqüentemente, a sua oposição ao exercício dos direitos pelo consumidor, a saber:

- Resultar o defeito exclusivamente de declarações do vendedor sobre a coisa e sua utilização, ou de má utilização (al. a)). Pode aferir-se, por um lado, que as declarações do vendedor apenas a ele o vinculam e, por outro, resultando a falta de conformidade de má utilização, não será responsabilizado nem o produtor nem o vendedor;
- Não ter colocado a coisa em circulação (al. b)). O produtor não responde perante o consumidor se o bem foi colocado em circulação sem o seu consentimento;
- Poder considerar-se, tendo em conta as circunstâncias, que o defeito não existia no momento em que colocou a coisa em circulação (al. c));
- Não ter fabricado a coisa nem para venda nem para qualquer outra forma de distribuição com fins lucrativos, ou não a ter fabricado ou distribuído no quadro da sua atividade profissional (al. d)). O produtor exonera-se da responsabilidade se provar que não fabricou a coisa para venda ou qualquer outra forma de distribuição com fins lucrativos;
- Terem decorrido mais de 10 anos sobre a colocação da coisa em circulação (al. e)). O decurso do prazo referido desonera o produtor do dever de vigilância e de controlo do bem.

1.7. Garantias Voluntárias

O artigo 1.º-B al. g) define garantia voluntária (ou comercial) como o compromisso ou declaração, de carácter gratuito ou oneroso, assumido por um vendedor, por um produtor ou por qualquer intermediário perante o consumidor, de reembolsar o preço pago, substituir, reparar ou ocupar-se de qualquer modo de um bem de consumo, no caso de este não corresponder às condições enumeradas na declaração de garantia ou na respetiva

⁷¹ Excetua-se a arbitragem, na medida em que, sendo um MRAL adjudicatório, o litígio ficará resolvido por esta via, pelo que não fará sentido falar-se em suspensão do prazo para interposição da ação judicial caso as partes decidam recorrer a este meio.

⁷² Cfr. MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, págs. 347 e 345.

⁷³ Cfr. CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, pág. 130.

⁷⁴ Cfr. MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, págs. 349 e 350 e CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, pág. 132.

publicidade⁷⁵. Conjugando o artigo 1.º-B al. g) como o artigo 9.º, cumpre tecer alguns comentários.

Em primeiro lugar, a garantia voluntária acresce à garantia legal, não a podendo afetar afastar⁷⁶, e vincula juridicamente o seu emitente⁷⁷ ao reembolso do preço pago, substituição, reparação ou ocupação de qualquer modo de um bem de consumo, no caso de este não corresponder às condições enumeradas na declaração de garantia ou na respetiva publicidade. Em segundo lugar, pode ter carácter gratuito ou oneroso. Em terceiro lugar, deve ser entregue ao consumidor por escrito ou em qualquer outro suporte duradouro a que aquele tenha acesso (artigo 9.º n.º 2) impondo-se que seja redigida de forma clara e concisa em língua portuguesa, contendo obrigatoriamente as seguintes menções (artigo 9.º n.º 3): Declaração de que o consumidor goza dos direitos previstos no diploma, e na demais legislação aplicável, e de que tais direitos não são afetados pela garantia⁷⁸; A informação sobre o carácter gratuito ou oneroso da garantia e, neste último caso, a indicação dos encargos a suportar pelo consumidor; Os benefícios atribuídos ao consumidor por meio do exercício da garantia, bem como as condições para a atribuição destes benefícios, incluindo a enumeração de todos os encargos, nomeadamente aqueles relativos às despesas de transporte, de mão-de-obra e de material, e ainda os prazos e a forma de exercício da mesma; Duração e âmbito espacial da garantia; Firma ou nome e endereço postal, ou, se for o caso, eletrónico, do autor da garantia que pode ser utilizado para o exercício desta. De realçar que a violação do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º não acarreta a nulidade da garantia voluntária e não prejudica, por sua vez, a sua validade, podendo o consumidor continuar a invocá-la e a exigir a sua aplicação (artigo 9.º n.º 5). Parece-nos uma solução adequada, uma vez que a nulidade da

garantia seria prejudicial para o consumidor e benéfica para o seu emitente que dela se desonerava. Em quarto lugar, numa solução semelhante à prevista no artigo 4.º n.º 6, a garantia voluntária pode transmitir-se a terceiro adquirente do bem, nos termos do artigo 9.º n.º 4. A principal diferença do regime da transmissão da garantia legal e voluntária, prende-se com a imperatividade do primeiro e a supletividade do segundo, é dizer, em caso de transmissão do bem, a garantia legal transmite-se automaticamente, independentemente da vontade das partes, ao passo que a garantia voluntária se transmitirá, se as partes não acordarem em contrário⁷⁹.

As garantias voluntárias têm como principal finalidade o aumento da confiança do consumidor conduzindo, conseqüentemente, ao aumento do volume de negócios⁸⁰.

1.8. Imperatividade

O artigo 10.º n.º 1 estabelece a nulidade do acordo ou de cláusula contratual mediante o qual antes da denúncia da falta de conformidade ao vendedor se excluam ou limitem os direitos do consumidor previstos no presente diploma⁸¹. O artigo consagra, portanto, por um lado, a inderrogabilidade das normas previstas no diploma e, por outro, a exclusão da faculdade de renúncia prévia aos direitos, por este, atribuídos⁸².

Por sua vez, o n.º 2 do artigo 10.º manda aplicar à nulidade referida o disposto nos artigos 16.º n.ºs 2 e 3 da LDC. Trata-se de uma nulidade atípica, uma vez que, só pode ser invocada pelo consumidor ou seus representantes, podendo, no entanto, o consumidor optar pela manutenção do contrato, devendo a cláusula considerar-se substituída pela norma imperativa em vigor⁸³.

⁷⁵ Cfr. Ac. Rel. Coimbra de 1/3/2016. Processo 1684/08.7TBCBR.C1

⁷⁶ Cfr. MORAIS CARVALHO, Jorge, *Manual de Direito do Consumo*, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2019, pág. 354.

⁷⁷ Cfr. CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, pág. 150.

⁷⁸ Cfr. Ac. Rel. Lisboa de 31/5/2007. Processo 3862/2007-6.

⁷⁹ Cfr. CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, pág. 153.

⁸⁰ Cfr. FERREIRA de ALMEIDA, Carlos, *Direito do Consumo*, Almedina, Coimbra, 2005, pág. 177.

⁸¹ O artigo ressalva ainda a aplicação do regime das CCG.

⁸² Cfr. CALVÃO DA SILVA, João, *Venda de Bens de Consumo*, 4ª ed. Almedina, Coimbra, 2010, pág. 155.

⁸³ Cfr. Ac. Rel. Coimbra de 25/10/2011. Processo 35110.6TBPCV.C1.



Lançamento da revista científica HIGEIA da ESALD/IPCB

A capacidade das instituições de ensino superior transmitirem o conhecimento gerado nas suas atividades diárias para a comunidade é um ponto fundamental, que gera mais valias e aumento de competências de forma generalizada. Na ESALD/IPCB, a produção de conhecimento é uma etapa fundamental do processo formativo, mas também é uma preocupação comum a todos os docentes e investigadores, a maioria membros de unidades e centros de investigação.

Cientes dessa realidade e da necessidade imperiosa de contribuir para mecanismos de divulgação do conhecimento científico, foi impulsionada internamente a constituição de uma revista científica, alinhada pelos maiores e mais elevados padrões de rigor Internacionais que pautam este tipo de publicações. Do pensamento à forma foi um passo pequeno, mas de uma enorme complexidade e apenas realizado pela entrega de todos os participantes, que de forma altruísta e totalmente empreendedora desenharam todo o projeto e deram-lhe vida. Foi assim criada a revista científica da Escola Superior de

Saúde Dr. Lopes Dias - HIGEIA. O processo que presidiu à sua criação baseou-se num conjunto de pormenores, todos eles essenciais: o nome da publicação, que representa a filha do deus da Saúde (Asclépio) estando ligada à prevenção e promoção da saúde - dois dos pilares fundamentais da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias; o título, nomeadamente a letra "A", contém cinco cores (amarelo, azul, vermelho, verde e roxo), precisamente as cores representativas das cinco licenciaturas ancora; o desenho de fundo da capa exhibe um enfermo; a cor base da revista é o amarelo, cor ligada à instituição desde a sua fundação. É uma revista com ISSN (International Standard Serial Number), que usufrui de revisão por pares, tem uma Comissão de Editores e um Conselho Editorial constituído por pessoas de elevado reconhecimento técnico e científico. Conta também com um site (<http://revistahigeia.ipcb.pt/>), que pretende aumentar a abrangência da publicação, divulgá-la e facilitar os processos burocráticos de submissão de artigos.



Estudo sobre o envelhecimento e o papel dos Animadores em Portugal

O IPCB e a Associação Nacional de Gerontologia Social realizaram em 2018 um estudo que teve como objetivo nuclear a análise das dinâmicas atuais e das perspetivas futuras que se colocam aos profissionais de animação sociocultural, sobretudo na perspetiva da compreensão da sua relação efetiva e profissional com a necessidade de promover cuidados mais especializados e ajustados aos idosos.

Os resultados apontam para um crescente envolvimento e participação dos animadores socioculturais nas dinâmicas institucionais das empresas do setor, de instituições do setor público e de instituições privadas e de solidariedade social, assentes em estratégias de envelhecimento ativo e, ainda para a crescente preocupação de atenderem à crescente diversidade e complexidade dos desafios que se colocam no futuro, com novas metodologias e estratégias que visam a promoção de um envelhecimento mais ativo e de maior qualidade. Cerca de 3/4 (76,7%) dos inquiridos atribuem muita importância às atividades de animação sociocultural na

3ª idade, encarando-as como fulcrais para a criação de um quotidiano com melhor qualidade de vida do idoso. A larga maioria dos técnicos de animação sociocultural inquiridos sublinha mesmo como muito importante a oferta de serviços diferenciados e especializados de animação, enquanto veículo de promoção empresarial/institucional. Através da análise dos resultados obtidos, o impacto das atividades de animação sociocultural é, de acordo com a opinião veiculada, importante ou muito importante – o que foi indicado por 73,9% dos inquiridos. Do inquérito resulta também a clara indicação de que há que responder rapidamente a um duplo desafio formativo: por um lado, o de formar mais profissionais de animação sociocultural, por outro, o de, para os profissionais que já se encontram em exercício, disponibilizar ofertas formativas especializadas que permitam um acréscimo de competências especializadas para melhor dar resposta aos inúmeros desafios físico-motores, sociais ou cognitivos que afetam os nossos idosos.



Programa da Pressão Arterial da Beira Baixa estuda hipertensão na região

O Programa de Pressão Arterial da Beira Baixa (PPABB) tem como principal objetivo determinar a prevalência de hipertensão arterial e hipotensão ortostática na região.

Integrado na Unidade de Investigação QRural (Qualidade de Vida no Mundo Rural) do IPCB, tem coordenação da docente da ESALD/IPCB Patrícia Coelho.

No âmbito deste projeto foram estudados três concelhos da região da Beira Baixa: Castelo Branco, Fundão e Proença-a-Nova.

Neles foi possível concluir que, num total de 2997 indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 99 anos, a prevalência de hipertensão arterial (HTA) é de 45,9% no concelho de Castelo Branco, de 43,5% no concelho do Fundão e de 60,4% no concelho de Proença-a-Nova.

Ao estudar-se o concelho de Castelo Branco foi possível perceber que 36,7% dos hipertensos que realizavam medicação anti-hipertensora não apresentavam valores de pressão arterial controlados e ainda que 19,2% apresentaram valores de pressão arterial elevados e não realizavam nenhum tipo de tratamento farmacológico para a hipertensão arterial.

No que diz respeito ao concelho do Fundão, foi possível concluir que apenas 6,8% da população que realizava farmacoterapia para a hipertensão arterial apresentava valores de pressão arterial acima dos valores de normalidade. No entanto, 25,2% apresentava hipertensão não diagnosticada.

Relativamente ao concelho de Proença-a-Nova, podemos constatar que 15,6% não tem esta patologia diagnosticada e que metade da população (50,4%) tem a sua hipertensão controlada.

É de realçar que no concelho de Proença-a-Nova foi possível verificar a existência de uma iniciativa ímpar: a unidade móvel de saúde. Esta apresenta-se como uma mais valia para a população, sugerindo os responsáveis do PPABB que a iniciativa se possa estender a outros concelhos.

Outro fator estudado foi a presença de hipotensão ortostática, importante marcador de risco cardiovascular e que diz respeito à redução dos valores de pressão arterial após três minutos da passagem dos indivíduos à posição ortostática, apresentando uma prevalência compreendida entre 4,8 e 5,5%.

IV Congresso Internacional da Regional Helix 2019



O Congresso Internacional Regional Helix resulta de

uma organização conjunta entre a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Politécnico do Porto, através do seu centro de investigação (CIICESI), do IPCB e do NECE (centro de investigação do Departamento de Economia e Gestão da Universidade da Beira Interior). Os três dias do congresso foram divididos entre o consórcio doutoral (organização a cargo da Universidade de Trás os Montes e Alto

Douro), a abertura oficial com Andrés Rodríguez-Pose, sessões paralelas e uma mesa redonda.

Andrés Rodríguez-Pose, docente na London School of Economics, especialista em desenvolvimento regional. Finalmente, nas várias sessões paralelas estiveram investigadores, nacionais e internacionais, a apresentar e discutir diversas temáticas em torno dos mais variados ecossistemas.

Docente e alunos internacionais no Laboratório de Robótica



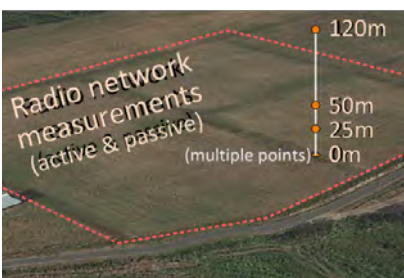
O Laboratório de Robótica do IPCB recebeu, ao longo de

vários meses, um docente e vários alunos internacionais com o objetivo de realizar trabalhos de investigação em conjunto com os bolsеiros de investigação do Projecto EuroAGE, Bernardo Lourenço e Samuel Santos e sob orientação do docente da ESTCB-IPCB Paulo Gonçalves. Fernando Cerqueira Vieira, português radicado em França, estuda na Universidade de Paris Est - Creteil.

Romain Alvernhe, estuda em Bordéus na Ecole Nationale Supérieure d'Électronique, Informatique, Télécommunications, Mathématique et Mécanique de Bordeaux.

O Professor António Chama e o técnico de laboratório Helton Sousa da Universidade de Zambeze (Beira, Moçambique), realizaram no laboratório vários trabalhos na área de sistemas mecatrónicos.

Investigação de controlo de drones usando 4G em conferência internacional



Uma equipa de docentes e investigadores da EST/IPCB em colaboração com a spinoff tecnológica ALLBESMART

LDA, realizou um trabalho de investigação experimental com o objetivo de avaliar a rede móvel 4G no controlo de drones e transmissão de vídeo, mesmo além da linha de vista. Os resultados foram apresentados em setembro pelo docente Paulo Marques na conferência IEEE CAMAD na cidade de Limassol (Chipre).

A equipa instalou sondas de teste da ligação 4G e monitorizou a qualidade da

ligação à rede móvel para diferentes altitudes (nível do solo, 25m, 50 m e 120m). Foram realizados testes em dois centros europeus, no BCN em Moia (Espanha), e no CESA em Bordéus (França). Embora a rede móvel seja otimizada para fazer a cobertura rádio de telemóveis ao nível do solo, as medidas mostraram que é possível manter uma ligação estável de 10Mbps, mesmo a 120 metros de altitude, o que é suficiente para transmissão de vídeo.



Politécnico de Castelo Branco cresce no número de estudantes

Concluídas as matriculas relativas a todas as fases de candidatura ao ensino superior para o ano letivo de 2019/20, encontram-se matriculados nos cursos de licenciatura 1178 novos estudantes, mais 178 que no ano letivo anterior. Sendo 562 provenientes do concurso nacional de acesso (CNA), 65 do concurso local e 551 vindos de outros regimes. Pelo sexto ano consecutivo verificamos um aumento do número de estudantes que ingressaram no IPCB. Comparativamente com o ano letivo anterior, contata-se um aumento de 17,8% no número de estudantes matriculados nas licenciaturas, o que é, de facto, notável. Quanto aos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) matricularam-se 234 novos alunos aguardando-se ainda a os resultados da terceira fase de candidaturas para alguns cursos com vagas sobranes. Nos

Mestrados encontram-se matriculados 227 novos estudantes, resultantes da 1ª fase de candidatura, tendo na 2ª fase sido colocados 15 novos estudantes nos mestrados. Há ainda a considerar as pós-graduações de ensino a distância em parceria com a Universidade Aberta, com a pós-graduação de Sistemas de Informação Geográfica (11 estudantes), pós-graduação em Proteção Civil (31 estudantes) e pós-graduação em Gestão de Negócios (43 estudantes). Temos ainda 22 novos estudantes do Instituto Politécnico de Macau (IPM) que se encontram a frequentar a Escola Superior de Educação e integram uma turma do segundo ano licenciatura em Português. Considerando todas as ofertas formativas, já ingressaram no IPCB, no presente ano letivo, 1746 novos estudantes.



Parcerias bilaterais reforçam internacionalização do IPCB

O Presidente do Politécnico de Castelo Branco deu as boas vindas aos estudantes do Instituto Nacional de Agricultura (INA) do Panamá, que no próximo ano letivo serão novos estudantes da licenciatura em Agronomia na Escola Superior Agrária do IPCB. Os seis estudantes estão atualmente a frequentar um curso de Português para Estrangeiros, lecionado por uma docente do IPCB, de modo a melhorarem as suas competências linguísticas e a garantirem adequadas condições de sucesso académico. A vinda dos estudantes enquadra-se na estratégia de internacionalização da instituição, e tem como base um protocolo de cooperação estabelecido entre o IPCB e o INA, o que define condições específicas para a permanência dos estudantes no IPCB, assim como os apoios a conceder durante o ano letivo.

Para António Fernandes, no contexto da internacionalização do IPCB, deve apostar-se,

também no estabelecimento destes protocolos de cooperação focados em matérias específicas e que respondam a necessidades muito próprias das entidades externas, promovendo simultaneamente o aproveitamento da capacidade instalada no IPCB. Os estudantes encontram-se muito satisfeitos, e a instituição está a desenvolver todos os esforços no sentido da melhor integração possível. Um esforço conjunto dos serviços académicos e dos serviços de ação social, com garantia de disponibilização de refeições sete dias por semana, para além do trabalho desenvolvido pelo gabinete de relações internacionais do IPCB.

Recorde-se que o politécnico tem no ano letivo 2019/20 cerca de 420 estudantes internacionais matriculados, selecionados de entre mais de 1500 candidatos, o que representa um aumento significativo em relação a anos anteriores (230 estudantes em 2018, e 151 em 2017).



Politécnico de Castelo Branco lança Programa Amigos Académicos

O Politécnico de Castelo Branco lançou o Programa Amigos Académicos, uma iniciativa promovida pela instituição que tem por objetivo apoiar os alunos internacionais através da criação de uma bolsa de mentores, constituída por alunos do IPCB.

O Programa Amigos Académicos irá permitir a troca de experiências entre os alunos portugueses do IPCB e os alunos internacionais, proporcionando o acompanhamento necessário para a identificação e resolução de dificuldades destes, incentivando ao mesmo tempo a sua integração académica e contribuindo para o enriquecimento pessoal, social e organizacional do IPCB.

Para todos os estudantes envolvidos, nacionais e internacionais, este programa promove o

desenvolvimento das suas competências pessoais, abertura à diversidade e oportunidade de exercer uma cidadania participativa. António Fernandes, Presidente do IPCB, congratula-se com a iniciativa institucional que considera de extrema importância à promoção da integração dos estudantes internacionais que já representam mais de 15% dos alunos do IPCB. As atividades desenvolvidas pelos mentores são certificadas e creditadas, e constam do suplemento ao diploma, podendo ainda estes alunos beneficiar do programa de apoio social extraordinário do IPCB.

O formulário de registo no Programa Amigos Académicos encontra-se disponível na página do IPCB, em www.ipcb.pt, estando a participação aberta a todos os estudantes da instituição.

Refeitório do IPCB abre ao fim de semana desde de 21 de setembro



O refeitório da Residência de Estudantes Valter

Victorino Lemos adotou um horário alargado, passando a funcionar também ao fim de semana. O refeitório está disponível para todos os estudantes e restante comunidade académica, funcionários e professores. António Fernandes, presidente do IPCB, refere que a decisão tomada se enquadra na resposta dos Serviços de Ação Social do IPCB em possibilitar que os estudantes deslocados

possam ter um local de encontro e de convívio, onde, simultaneamente, possam tomar as suas refeições. O número de estudantes deslocados, tanto nacionais como internacionais, assim como em mobilidade Erasmus, tem vindo a crescer pelo que faz todo o sentido a instituição responder a mais este desafio, promovendo o bem-estar de toda a comunidade.

16.ª Edição do Concurso Poliempreende já tem vencedores



Foram catorze os projetos submetidos ao Concurso

Regional Poliempreende do IPCB, apresentados e idealizados pelos cerca de quarenta alunos e docentes do IPCB que, com criatividade e inovação desenvolveram a ideia, planificando a ação até à criação do seu próprio negócio, analisando e decidindo, em todas as fases do projeto, sobre os diversos tipos de apoio. O projeto iNavAR conquistou o 1º prémio, no valor de 2.000,00€. No segundo lugar ficou o projeto

MOVICAP, com um prémio de 1.500,00€. O terceiro lugar foi entregue ao Projeto Med-FR, com um valor de 1000€. O projetovencedor, irá agora representar o IPCB na segunda e última fase do Concurso Nacional, que irá decorrer no Instituto Politécnico de Tomar, e na qual estarão presentes os vencedores regionais de cada um dos IP do País e Escolas Superiores Não Integradas.

Mestrado em Engenharia Civil do IPCB acreditado pelo período máximo



A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) acreditou, pelo período máximo (6 anos), o mestrado em Engenharia Civil - área de

especialização em Construção Sustentável do IPCB. Esta acreditação permitiu o reconhecimento do mestrado pela Ordem dos Engenheiros. Lecionado na EST/IPCB, este mestrado, acresce competências à formação em Engenharia Civil, preparando os profissionais do setor da construção nos domínios da sustentabilidade na construção, eficiência energética e reabilitação do património edificado.

A A3ES é uma fundação de

direito privado, constituída por tempo indeterminado, dotada de personalidade jurídica, reconhecida como de utilidade pública e independente no exercício das suas competências. O seu objetivo primordial é proporcionar a melhoria da qualidade do desempenho das instituições de ensino superior, e dos seus ciclos de estudos, bem como garantir os padrões de qualidade do sistema e do ensino superior em Portugal.

71.º aniversário da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias



A ESALD/IPCB comemorou em junho o seu 71.º aniversário. Uma data digna de ser celebrada, dado o contributo que esta escola do IPCB tem tido, desde os seus primórdios, para a região e para o panorama nacional e internacional. Desde a sua génese que o lema de prestar cuidados e de contribuir não só para tratar, mas principalmente para preservar

a saúde, tem sido mantido e amplamente explorado. No 71.º aniversário, a palavra escolhida foi solida(riedade), com o duplo sentido da solidez interna, da coesão em torno de objetivos comuns da procura de excelência, rigor e qualidade e da solidariedade para com todos os que fazem parte da envolvimento da ESALD, valores fundamentais a qualquer profissional de saúde.

João Pedro Várzea Rodrigues, novo diretor de ESA/IPCB



A cerimónia teve lugar em abril perante um auditório

composto por docentes, funcionários e alunos, numa cerimónia breve e dirigida fundamentalmente à comunidade interna. O Presidente do IPCB, António Fernandes, começou a sua intervenção agradecendo ao diretor e sub-diretor cessantes, Celestino Almeida e Francisco Frazão, respetivamente, o trabalho realizado e o espírito de missão com que serviram a Instituição. De seguida desejou os maiores sucessos

ao Professor João Pedro Várzea Rodrigues no cargo de Diretor, bem como à nova sub-diretora, Isabel Castanheira, manifestando a sua total disponibilidade, bem como do vice-presidente Nuno Castela e da Administradora do IPCB Maria Eduarda Rodrigues para a realização de trabalho em conjunto. João Pedro Várzea Rodrigues agradeceu a Celestino de Almeida todo o trabalho que desenvolveu nos seus mandatos em prol da ESA/IPCB.

IPCB aposta na internacionalização



A ESGIN/IPCB recebeu, durante o mês de julho, uma turma de estudantes

do Instituto Universitário Atlântico (IUA) do Brasil. Estes estudantes encontram-se em Portugal para frequentar o Mestrado em Gestão de Empresas da ESGIN/IPCB no âmbito do protocolo celebrado entre o IPCB e o IUA. Um programa que contempla, para além das atividades letivas do curso de mestrado, duas visitas de âmbito cultural, para conhecerem a região.

O início da atividade letiva destes alunos teve direito a uma sessão de boas vindas na presença do Vice-presidente do IPCB, Nuno Castela, do Chanceler do Instituto Universitário Atlântico, Dr. João Barreiros, da diretora da Escola Superior de Gestão, Sara Brito Filipe, e do coordenador do mestrado em Gestão de Empresas, Pedro Carvalho.



6.º Fórum de Turismo Interno

Para lá da formação e requalificação de recursos humanos, o IPCB quer diferenciar-se enquanto motor de desenvolvimento do turismo regional através da investigação, conceção e desenvolvimento de novos produtos que tirem partido dos recursos endógenos e das marcas já existentes na região. A ideia foi reforçada no Vê Portugal - 6º Fórum de Turismo Interno, evento organizado pelo Turismo Centro de Portugal e que contou com o apoio do IPCB.

O presidente da instituição participou no painel “Turismo no interior do país - Ativos diferenciadores”, moderado pelo diretor do jornal Expresso. Debate onde António Fernandes deixou claro que importa apostar ainda mais na investigação e no desenvolvimento de projetos e conceitos tal como o politécnico tem vindo a fazer com autarquias e o tecido empresarial da região. Exemplo disso são os cursos breves desenvolvidos em parceria com a Associação Empresarial da Beira Baixa, as formações na área da comunicação audiovisual, do design de embalagens ou a criação de plataformas digitais, todos eles também direcionados para

as necessidades das empresas do setor do turismo. Valências que o presidente do IPCB entende poderem vir a ser um motor para a valorização e o crescimento do turismo regional. A rematar, e focando-se no impacto social e cultural do politécnico nos agentes económicos do território, António Fernandes anunciou à plateia que as unidades hoteleiras da cidade vão ser desafiadas a convidarem os seus clientes a assistirem aos eventos culturais do IPCB, como por exemplo os concertos da Orquestra Sinfónica da Escola Superior de Artes Aplicadas.

Recorde-se que ao longo dos dois dias do 6º Fórum de Turismo Interno o IPCB se fez representar maioritariamente pela Escola Superior de Educação (ESE) e pela Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova (ESGIN), mobilizando, como é tradição neste tipo de eventos, os alunos quer dos cursos de licenciatura em Secretariado e Gestão Hoteleira, quer dos cursos técnicos superiores profissionais em Assessoria e Comunicação Empresarial, Restauração e Bebidas, e Gestão e Produção de Cozinha.



Museu da Paisagem: Narrativas e Experiência do Lugar na ESART/IPCB

O Museu da Paisagem tomou conta da ESART/IPCB. A exposição decorrente do projeto “Museu da Paisagem: Narrativas e Experiência do Lugar” ocupou todo o primeiro piso da ESART, com materiais que vão desde a explicação do projeto, a fotografias e à exibição de quatro diferentes séries de vídeos/documentários.

A mostra esteve patente, inserida no âmbito da sessão de apresentação/ Conferência do Projeto “Museu da Paisagem, Narrativas e Experiência do Lugar”, que teve lugar no dia 23 de maio na ESART/IPCB.

O projeto, que já todos conhecem pelo seu nome mais curto “Museu da Paisagem”, é um projeto de investigação que junta a ESART/IPCB, a Escola Superior de Comunicação Social (ESCS) do Instituto Politécnico de Lisboa (IPL) e a Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Santarém (IPSantarém), e que teve início em outubro de 2017.

Liderado por uma equipa da Escola Superior de Comunicação Social do IPL, e encabeçado pelo investigador João Abreu, o projeto abrange toda a bacia hidrográfica do rio Tejo e criou um Museu da Paisagem online (www.museudapaisagem.pt). Como parceira no projeto, a ESART/IPCB, desenvolveu o seu trabalho de recolha de imagens fotográficas e videográficas, e realização de vários documentários.

A sessão de apresentação do projeto, nomeadamente do trabalho realizado pela equipa da ESART/IPCB, decorreu durante uma conferência que contou com a presença do diretor da ESART/IPCB, professor Doutor José Francisco Pinho na cerimónia de abertura. Do programa da conferência fizeram parte várias intervenções, com diferentes abordagens, tendo por base o tema da Paisagem: “A mesma Paisagem diferentes perspetivas” - Isabel Marcos, Investigadora do Projeto; “Design. Identidade, Território e Paisagem” - Raul Cunca, Doutor em Design de Equipamento; “Encantal - Mundo Natural da Beira Baixa” - Luísa Ferreira Nunes, docente de Ecologia na ESA/IPCB e Ilustradora; “Paisagens geológicas como oportunidade de valorização do território UNESCO Geopark Naturtejo” - Carlos Neto de Carvalho, Coordenador Científico do Geopark Naturtejo - Geoparque Mundial da UNESCO. A apresentação do projeto Museu da Paisagem: Narrativas e Experiência do Lugar, esteve a cargo do professor Doutor João Gomes de Abreu, Investigador Responsável do Projeto. Fábio Luís, Bolseiro da ESART/IPCB no Projeto partilhou a experiência de trabalho durante o desenvolvimento do projeto. A conferência terminou com a projeção de curtas documentais das séries “Filmar a Paisagem”, sob a Curadoria de Inês Ponte/Museu da Paisagem.

IPCB contribui para o desenvolvimento tecnológico da indústria



O IPCB estabeleceu uma parceria com a Cutplant Solutions S.A. (detentora

da marca Vicort) e com os centros de investigação INESC TEC e SYSTEC, que tem por objetivo permitir o desenvolvimento de soluções inovadoras a nível industrial. A iniciativa constitui mais um passo no apoio ao tecido empresarial da região, uma orientação estratégica do IPCB que visa a aproximação da academia à indústria e a transferência de conhecimento, contribuindo simultaneamente para o desenvolvimento regional

e para a melhoria das competências técnicas dos seus investigadores. Focada na digitalização da indústria e no acompanhamento das tendências da indústria 4.0, a colaboração prevê o desenvolvimento de soluções de eletrónica, automação e sistemas inteligentes, consideradas de elevada importância para o desenvolvimento tecnológico e aumento de competitividade.

IPCB presente na comemoração do Dia de Portugal em Bruxelas



O IPCB marcou presença na comemoração do Dia de Portugal em Bruxelas, Bélgica, organizada pela Federação das Associações Portuguesas na Bélgica. A presença do IPCB surge no seguimento do convite endereçado pelo Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Sobrinho Teixeira e incluiu a participação do IPCB nas “Jornadas Estudar e Investigar

em Portugal 2019” e a atuação de Mariana Martins, estudante da licenciatura em Música - Variante de Instrumento Guitarra Portuguesa na ESART/IPCB. O IPCB agradeceu a hospitalidade e simpatia com que foi recebido, aguardando com expectativa a concretização de projetos de parceria que venham a surgir neste contexto, promovendo a qualificação dos portugueses.

Exposição “Espaços possíveis, mas improváveis”



A exposição individual “Espaços possíveis, mas improváveis: Do espaço imaginado à joia

materializada” de Mónica Romãozinho, docente e investigadora da ESART/IPCB, foi apresentada em julho, na Fábrica da Criatividade, em Castelo Branco. Nesta exposição foi apresentado ao público um projeto de investigação que parte da experimentação em torno de arquiteturas assimétricas inspiradas pela natureza e pela capacidade de se metamorfosear. “A finalidade não era inicialmente a construção, mas que a

transposição deste processo para o universo da joalheria suscitasse a concretização destes conceitos espaciais. A exposição focou ainda a metodologia subjacente à criação de um conjunto de peças de joalheria contemporânea, assim como três princípios fundamentais: mutabilidade, versatilidade e reutilização. Recorreu-se a esboços, modelos de cartão, software 3D, assim como impressão 3D e técnicas tradicionais.

Criar futuro a construir robôs no Laboratório de Robótica do IPCB



Catorze estudantes de várias idades construíram o seu primeiro robô no Laboratório

de Robótica do IPCB, numa atividade patrocinada pela Ciência Viva, que anualmente apoia as instituições de ensino superior portuguesas para que possam receber nos seus laboratórios de investigação, durante pelo menos uma semana, alunos do ensino básico e secundário para que possam experimentar ciência. Esta iniciativa teve lugar no Laboratório de Robótica e foi organizada por Paulo Gonçalves, docente da EST/ IPCB, e pelos bolseiros

de investigação Bernardo Lourenço e Samuel Santos (licenciados em Engenharia Industrial), tendo contado com a participação de estudantes de Castelo Branco, da Escola Secundária Nuno Álvares, Escola Secundária Amato Lusitano e do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva, mas também de outras regiões do país, como Coimbra, Leiria, Torres Vedras, Lisboa, Lousada e Alcochete.

ESE/IPCB desenvolve Metodologia de Projeto em Expressões Artísticas



Alunas do mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico da ESE/IPCB desenvolveram metodologia de projeto em expressões artísticas no Jardim de Infância do Castelo e no Jardim de Infância do Valongo. Este projeto, inserido no âmbito da unidade curricular de Didática das Expressões Artísticas e Motricidade lecionada pelos docentes

António Pedro Dias, Madalena Leitão e Paula Peres, teve por objetivo motivar as estudantes para a importância da interdisciplinaridade. Foi uma experiência muito gratificante para as alunas, pela forma como as crianças se envolveram no trabalho de projeto que, com a ajuda e disponibilidade das educadoras responsáveis, proporcionou momentos de aprendizagem e interação.

EST/IPCB apoia medição de parâmetros ambientais em Proença-a-Nova



A Escola Secundária de Proença-a-Nova levou a cabo um conjunto de medições de parâmetros ambientais

(níveis de CO_2 , temperatura e humidade relativa do ar) com recurso a um dispositivo eletrónico desenvolvido pela EST/IPCB, em parceria com a Allbesmart, empresa *spin-off* do IPCB. O estudo foi realizado por uma turma de 18 alunos do 10.º ano, no âmbito da disciplina de Física e Química, acompanhados pelas professoras Maria do Céu Ferreira e Sónia Ribeiro, e teve como objetivo medir as fontes de gases poluentes emitidos

pelas habitações localizadas nas imediações da escola e analisar as variações de CO_2 atmosférico ao longo dos meses de maio e junho. O sistema eletrónico, desenvolvido pelo aluno Ricardo Mendes durante o estágio realizado no âmbito do CTESP em Instalações Elétricas e Telecomunicações, integra um módulo de comunicação Wi-Fi e um alarme sonoro programável, permitindo leituras locais ou remotas, através da Internet (plataforma ThingSpeak).

Colaboração EST/IPCB-OutSystems em Proença-a-Nova

Uma história de sucesso, com passado, presente e futuro



Instituto Politécnico
de Castelo Branco



outsystems

O Início

O pólo de Proença-a-Nova da empresa OutSystems abriu portas em 21 de setembro de 2009, após trabalho prévio de colaboração ativa entre a empresa e o IPCB, com a equipa inicial a ser composta por 7 engenheiros, todos recrutados na EST/IPCB. Este recrutamento foi feito com sessões de apresentação da empresa e entrevistas feitas nas instalações da EST/IPCB. Foi o início de um caminho que, passada uma década celebrada no passado 20.09.2019, resultou num pólo da OutSystems que hoje tem 70 colaboradores. Em pouco tempo, esta empresa tecnológica portuguesa tornou-se num dos dois “unicórnios” nacionais reconhecidos mundialmente (empresa avaliada em mais de mil milhões de dólares). A OutSystems conta atualmente com cerca de 1.070 colaboradores, 600 dos quais em Portugal. Neste contexto, o pólo de Proença-a-Nova é claramente um caso de sucesso da criação de empresas tecnológicas no interior do país e do combate ao desemprego e à desertificação.

O caminho percorrido

Ao longo da última década, os recursos físicos e humanos do pólo de Proença-a-Nova da OutSystems cresceram e melhoraram de forma rápida e significativa. Assim, a equipa inicial de 7 elementos passou para os atuais 70 e as instalações passaram de um pavilhão provisório (2009) aos Paços do Concelho de Proença-a-Nova (2011) até aquilo que são as instalações atuais, inauguradas em 2017, e com capacidade para acomodar até 100 colaboradores. De acordo com estimativas recentes, divulgadas por altura do 10.º aniversário, este pólo representa para a economia da região onde está inserido um impacto económico direto na comunidade local de 365 mil euros anuais, sendo por isso considerado uma aposta ganha e superada em relação às expectativas iniciais da empresa e dos responsáveis do município de Proença-a-Nova.



Figura 1. a) Primeiro escritório (2009), b) Segundo escritório(2011 a 2017), c) Instalações atuais.

A colaboração EST/IPCB e a OutSystems

Para o sucesso da evolução antes referida, a EST/IPCB contribuiu como a instituição que formou mais diplomados recrutados pela OutSystems para aquele pólo. Dos 70 atuais colaboradores da empresa, 70% foram diplomadas pela EST/IPCB, nas licenciaturas em Engenharia Informática, Tecnologias de Informação e Multimédia e Informática para a Saúde. Além destes, outros colaboradores formados na EST/IPCB trabalham noutros pólos da empresa.

No âmbito do protocolo de colaboração assinado em outubro de 2010, que tinha como objetivo o enquadramento de alunos em contexto de trabalho e o desenvolvimento de projetos de investigação e modernização tecnológica, têm sido realizadas inúmeras atividades em parceria, nomeadamente visitas de estudo à empresa, a “Summer School” em 2010, palestras proferidas por membros da empresa em eventos da EST/IPCB, sessões de recrutamento na Feira de Emprego da EST/IPCB, workshops, estágios em contexto de trabalho ou, desde 2009, a colaboração de membros da empresa na lecionação de aulas práticas ao mestrado em Desenvolvimento de Software e Sistemas Interativos da ESTCB. Os interlocutores do protocolo têm sido o Professor José Carlos Metrôlho, pela EST/IPCB, e o Eng.º Ricardo Araújo, por parte da OutSystems. Todo este trabalho resultou em ganhos para os alunos formados pela EST/IPCB e para o recrutamento de recursos humanos pela OutSystems, num

exemplo evidente de uma relação *win-win*.

O sucesso e crescimento do pólo de Proença-a-Nova da OutSystems tem resultado na consolidação naquele município de um ecossistema tecnológico que, entretanto, foi aumentado com a criação de um pólo da Noesis e outro da Babel Ibérica. Também nestas empresas trabalham vários diplomados da EST/IPCB, desenvolvendo software na plataforma OutSystems. Assim, o efeito catalisador da tecnologia OutSystems representa atualmente um universo de 92 colaboradores no ecossistema de Proença-a-Nova, que lá conseguiram uma oportunidade de trabalho qualificado. Além disso, também outras empresas que usam tecnologia OutSystems, situadas em Castelo Branco, Fundão e noutros distritos vizinhos, têm recrutado diplomados da EST/IPCB. Este universo de colaboradores que se tem fixado nestas localidades em muito contribui para a fixação de pessoal qualificado na região.

Futuro

Os objetivos a curto prazo continuam a ser ambiciosos, pretendendo a OutSystems chegar aos 200 trabalhadores no ecossistema de Proença-a-Nova nos próximos três anos. Para isso, a EST/IPCB continuará a colaborar com a OutSystems, no sentido de manter o rumo de entreatajuda em prol do sucesso dos seus diplomados e contribuir para o sucesso de empresas que fixem mão de obra qualificada na região.



Politécnico com acção social reforçada no alojamento para estudantes

O Politécnico de Castelo Branco assinou um contrato de prestação de serviços de acção social com a empresa URBANISTICA, que vai disponibilizar ao IPCB serviços para o alojamento de estudantes em quartos duplos, com utilização das áreas comuns dos apartamentos, sob condições específicas.

António Fernandes, Presidente do Politécnico de Castelo Branco, refere que a decisão tomada pelo IPCB se enquadra na responsabilidade do Estado em assegurar a existência de um sistema de acção social, designadamente através das instituições de ensino superior e dos seus serviços, vocacionado para assegurar as funções da acção social escolar, particularmente o alojamento. Adiantou ainda que a situação

de especial escassez de oferta de alojamento para estudantes do ensino superior exige uma resposta institucional. Assim, consciente da dificuldade atual de os estudantes internacionais conseguirem alojamento na cidade de Castelo Branco, a instituição reforçou a acção social promovendo a disponibilização desta tipologia de alojamento.

Recorde-se que o número de estudantes internacionais a ingressarem no Politécnico albacastrense cresceu exponencialmente. No ano letivo 2019/20 mais de 400 novos estudantes internacionais, frequentam o IPCB colocando-o no topo das Instituições de Ensino Superior portuguesas com maior procura a nível internacional.



Protocolos de mecenato com empresas na área da Engenharia Civil

O IPCB assinou seis protocolos de mecenato com empresas na área da Engenharia Civil, com o objetivo de promover a atração de estudantes para a área e o reforço da cooperação institucional. A captação de recursos e de instrumentos que permitam responder de forma cabal aos novos desafios foi o mote para o estabelecimento de parcerias com empresas públicas e privadas, consolidadas e fortemente implementadas na região, dispostas a dinamizar e incrementar o mercado da construção civil e das infraestruturas.

A assinatura destes protocolos permite também o reconhecimento da importância do estabelecimento de parcerias de futuro entre a instituição e as empresas, neste caso com algumas das empresas mais dinâmicas da região, o que lhes irá permitir dispor de profissionais ativos no desenvolvimento da área da construção.

Construções Beira Baixa, Lda., Diamantino Jorge & Filho SA., DUAFAAR - Construção Civil e Obras Públicas, Lda., João Filipe Antunes Paiva (J.F. Antunes Construções), Marques & Nunes, Lda. e Valamb, Lda e Garfive Lda. (estas duas últimas em conjunto), foram as seis empresas que, no âmbito das suas competências, assinaram protocolos de cooperação com o Politécnico de Castelo Branco. Está ainda agendada a assinatura de um novo protocolo com a empresa Gadanha Empreiteiros.

O Presidente do IPCB, António Fernandes, destacou o papel dos mecenas da Instituição, considerando que "o Politécnico reconhece, assim, publicamente, através desta cerimónia, a generosa contribuição destes mecenas para que novos alunos possam ver garantido o seu futuro, reforçando a proximidade e colaboração do IPCB com o tecido empresarial.

IPCB e Programa ReSkill da OutSystems: Uma parceria para a empregabilidade



O IPCB foi uma das instituições parceiras do Programa ReSkill da empresa OutSystems,

tendo sido responsável pela leção do Curso Técnico de Low-code Developer. A Câmara Municipal de Proença-a-Nova e o IEFP são os restantes parceiros desta iniciativa, que já assegurou emprego na área das Tecnologias da Informação a 14 dos 19 formandos que terminaram o curso. Dinamizado no âmbito da Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 (Portugal INCoDe.2030) e do acordo de cooperação

“Parceria Competências Digitais Mais”, assinado em novembro de 2018 entre o IEFP, IPCB e CCISP, este curso teve como objetivo potenciar a obtenção de novas competências aos licenciados das áreas de Ciências, Tecnologia, Engenharia ou Matemáticas, aumentando assim as suas condições de empregabilidade e a respetiva melhoria da qualidade de vida face ao mercado atual e futuro nas áreas das Tecnologias de Informação.

ESALD/IPCB colabora com Schreiber Foods Portugal



A empresa Schreiber Foods Portugal iniciou uma colaboração com a ESALD/

IPCB com o objetivo de promover a saúde e bem-estar dos seus trabalhadores em Castelo Branco. Esta colaboração foca-se na área da saúde ocupacional e surge por iniciativa da empresa, que identificou a necessidade de responder às carências dos seus cerca de 160 colaboradores, alguns já com muitos anos de trabalho e com alguns problemas músculo-esqueléticos. Para responder a este objetivo, foi concretizada a

colaboração com a ESALD/IPCB, através da sua Clínica Pedagógica. Esta colaboração é assegurada por uma fisioterapeuta da Clínica Pedagógica, com apoio dos docentes de fisioterapia. Ainda na área da Saúde Ocupacional/ Ergonomia, uma docente da licenciatura em Fisioterapia irá analisar um dos novos equipamentos da empresa, com o objetivo de propor soluções que minimizem o risco de lesões músculo-esqueléticas.

IPCB colabora com o Centro Tecnológico das Indústrias de Couro



Os docentes da EST/IPCB. Pedro Torres, Rogério Dionísio

e o bolsheiro de investigação Sérgio Malhão representaram o IPCB na cerimónia dos 25 anos do Centro Tecnológico das Indústrias do Couro (CTIC), onde proferiram uma palestra sobre Indústria 4.0 (Quarta Revolução Industrial), sistemas ciberfísicos e automação no espaço fabril. O convite surgiu no seguimento da assinatura do protocolo de cooperação com o CTIC, do qual surgiu

a primeira concretização com um projeto de final de curso desenvolvido pelo aluno Luís Geraldês, finalista da licenciatura em Engenharia Eletrotécnica e das Telecomunicações. O objetivo será o IPCB apoiar o Centro Tecnológico das Indústrias do Couro (CTIC) nos primeiros passos da implementação de soluções tecnológicas para a Indústria 4.0.

Resultados da parceria IPCB e o INIAV apresentados em workshop



O IPCB e o Instituto Nacional de Investigação Agrária

e Veterinária (INIAV), apresentaram o resultado do trabalho da parceria, através da realização de um Workshop subordinado ao tema “Aguardentes de mel”. O workshop foi conduzido pela docente da ESA/IPCB, Ofélia Anjos e pela investigadora do INIAV, Ilda Caldeira. O convite partiu da Associação de Apicultores da Beira Alta e o workshop teve cerca de 20 participantes. Foram abordados aspetos

práticos, tais como a determinação do grau Brix do mel e do mosto de mel para fermentar, a determinação do teor alcoólico de destilados e a avaliação sensorial de frações de destilação e de aguardentes de mel. No final, ainda houve tempo para apresentar os resultados relativos a aguardentes de mel e outros destilados, obtidos nos trabalhos realizados em parceria entre o IPCB e o INIAV.

IPCB e IEFP assinam protocolos para lecionação de CET



O IPCB assinou em junho dois protocolos de cooperação com o IEFP, que têm por objetivo a lecionação de

dois novos Cursos de Especialização Tecnológica (CET), na área do turismo e da informática.

Turismo Cultural e do Património e Aplicações Informáticas de Gestão são os dois novos CET, que irão permitir aos estudantes o prosseguimento de estudos nas licenciaturas do IPCB e ainda a creditação de algumas unidades curriculares.

O Presidente do IPCB, António Fernandes salientou que estes novos protocolos representam “mais uma prova

do bom relacionamento entre o IPCB e o IEFP”, destacando ainda a importância em “contribuir para a formação dos jovens, que ficam melhor preparados para responder às necessidades dos empresários”, e simultaneamente, “contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional, pela via da formação de jovens mais qualificados, que desempenharão melhor as suas funções junto do tecido empresarial”.

IPCB assina protocolo de cooperação com a Cáritas Diocesana



O IPCB assinou um protocolo de cooperação com a Cáritas Diocesana de Portalegre-

Castelo Branco e Cáritas Portuguesa, com o objetivo de aprofundar o estudo das matérias sociais.

O protocolo foi assinado no âmbito do VI Seminário do Mestrado em Gerontologia Social “Realidade(s) e Contextos de Risco” e tem por objetivo específico a atribuição de um prémio, e a edição em livro da melhor tese de Mestrado na área de investigação em Serviço Social. O livro será editado

pela Cáritas Portuguesa, e os trabalhos de investigação selecionados por um júri constituído por representantes das três instituições. O IPCB, através da ESE, a Cáritas Diocesana de Portalegre-Castelo Branco e a Cáritas Portuguesa organizarão, em conjunto, uma conferência sobre os trabalhos de investigação, na qual será feito o lançamento e a apresentação do trabalho premiado.



Licenciatura em Serviço Social do IPCB com a menor taxa de desemprego dos Politécnicos do País

A licenciatura em Serviço Social da ESE/PCB é a licenciatura com a menor taxa de desemprego de recém-licenciados em Serviço Social dos 5 Institutos Politécnicos do país que têm formação nesta área.

Os dados apresentados têm como base a percentagem de recém-diplomados do curso que, em 2018, se encontravam registados como desempregados no Instituto do Emprego e Formação Profissional, segundo informação disponibilizada no Portal InfoCursos (<http://infocursos.pt>), que apresenta dados e estatísticas sobre as licenciaturas de 1º ciclo, de Mestrado Integrado e de Mestrado 2º ciclo ministrados em estabelecimentos de ensino superior portugueses, de acordo com dados reportados à Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. O portal apresenta informações que permitem aos

alunos eleger as melhores opções, sendo o indicador da empregabilidade um dos critérios fundamentais para a escolha de uma Instituição de Ensino Superior.

Este resultado reflete o reconhecimento da licenciatura em Serviço Social da ESE/IPCB e da importância estratégica do IPCB ao contribuir para a coesão social e territorial, respondendo a necessidades das entidades empregadoras do território e um pouco por todo o país. O investimento na qualidade da formação prática, teórica e deontológica da licenciatura em Serviço Social tem sido uma forte preocupação, considerando as exigências e desafios dos setores público e social. Esta licenciatura tem apresentado uma crescente procura de alunos nacionais, internacionais e de maiores de 23 anos.



Atletas do Politécnico de Castelo Branco encerram época desportiva

O Politécnico de Castelo Branco realizou em junho uma sessão de encerramento da época desportiva dos estudantes-atletas que representaram a instituição nos campeonatos nacionais de desporto universitário.

Durante o ano letivo 2018-19, o IPCB contou com um total de 91 estudantes-atletas, que participaram em 9 modalidades: futebol, orientação, ténis de mesa, judo, basquetebol, futsal masculino e feminino, tiro com arco e atletismo.

O Presidente do IPCB, António Fernandes, agradeceu a todos os atletas que participaram naquele que foi “um projeto interessante e inclusivo, que permite um apoio global para os estudantes participarem nas diversas modalidades” e que “fomenta a prática do desporto”. Destacou ainda o percurso de sucesso dos atletas do IPCB, cuja manutenção nas competições resultou na necessidade de reforço orçamental para esta iniciativa.

António Fernandes agradeceu a toda a equipa do IPCB envolvida no projeto, nomeadamente ao Coordenador Institucional do Desporto no IPCB, Rui Paulo, ao Diretor da Escola Superior de Educação, João Serrano, aos docentes Pedro Mendes, João Rocha, Ana Hormigo, Abel Louro, e André Ramalho, e ainda à Associação de Estudantes da ESE/IPCB, pela importante colaboração na operacionalização de alguns processos. “Para o ano cá estaremos para continuar a apoiar o desporto no IPCB”.

O Diretor da ESE/IPCB, João Serrano, destacou a importância do desporto, uma “área importante que junta todas as escolas do IPCB”, congratulando-se pelos bons resultados obtidos, “reconhecidos em todo o país”, e que tornaram necessário o reforço do orçamento previsto inicialmente, “os estudantes são os nossos campeões”. João Serrano agradeceu ainda o “árduo trabalho e empenho dos professores” na concretização deste projeto.



IPCB comprova o seu Sistema de Gestão de Qualidade

O Politécnico de Castelo Branco viu comprovada a capacidade do seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ). A auditoria foi realizada pela entidade certificadora, APCER - Associação Portuguesa de Certificação, organismo líder do mercado da certificação em Portugal, entre os dias 25 a 27 de setembro. No relatório de auditoria consta que o SGQ do IPCB tem capacidade para alcançar os objetivos do Instituto e cumprir com os requisitos aplicáveis aos serviços e atividades, assim como as obrigações de conformidade, estando documentado com base no conhecimento e na experiência acumulada. Os responsáveis pelos processos e os colaboradores revelaram comprometimento com a melhoria do desempenho do sistema, demonstrando conhecer e entender os requisitos aplicáveis aos seus serviços,

processos e atividades, incluindo os requisitos dos alunos e outras partes interessadas, e as suas obrigações de conformidade. Como pontos fortes, a equipa auditora identificou os seguintes: a notoriedade na região de influência; a motivação para melhorar e inovar a organização interna; a experiência acumulada com o sistema da qualidade; a integração do SGQ ISO 9001 com os referenciais da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). António Fernandes, Presidente do IPCB, mostra-se satisfeito com o reconhecimento externo obtido e pelo facto de o IPCB evidenciar que está a satisfazer os requisitos dos serviços a prestar de forma consistente, tendo em conta as necessidades e expectativas dos seus alunos e demais partes interessadas.

Políticas Públicas Locais para a Sustentabilidade Alimentar



Uma equipa de investigadores do projeto STAI.Bin - Sistema Tecnológico de apoio à

promoção e avaliação do impacto social, económico e ambiental do circuito curto SmartFarmer.pt na Beira Interior, constituída pelos docentes do Politécnico de Castelo Branco Alexandre Fonte (EST/IPCB), Ana Cruz (ESGIN/IPCB) e Deolinda Alberto (ESA/IPCB), participou na Oficina de Políticas Públicas Locais para a Sustentabilidade Alimentar, que decorreu em Monsanto, em julho. Esta oficina, integrada no

FISAS - Fórum Internacional Territórios Relevantes para Sistemas Alimentares Sustentáveis, pretendeu ser um espaço para apresentação e discussão de boas práticas de políticas públicas locais para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis. Foi igualmente discutida a “construção de mecanismos multi-atores para a governança dessas políticas e a sua relação com estruturas de governança noutros níveis territoriais.

Comissão de Ética do IPCB toma posse



O IPCB tem uma nova Comissão de Ética, criada

no âmbito do Decreto-Lei nº 80/2018 de 15 de outubro, que estabelece os princípios e regras aplicáveis às comissões de ética que funcionam nas instituições de ensino superior, instituições de saúde e em centros de investigação biomédica que desenvolvam investigação clínica. Esta comissão pretende reforçar e alargar a observância de elevados padrões de ética que devem ser respeitados no exercício das atividades

de ensino e investigação científica nas unidades orgânicas do IPCB, dando continuidade ao relevante trabalho desenvolvido durante os dois mandatos da Comissão de Ética da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias (ESALD/IPCB). A cerimónia de tomada posse decorreu no dia 25 de setembro, no auditório dos Serviços Centrais e da Presidência do IPCB.

Docente participa no Brasil em encontro para implementação do 5G



Paulo Marques, docente da EST/IPCB, foi um dos especialistas europeus que rumou até à cidade brasileira

de Porto Alegre, para, junto com peritos daquele país, debater a implementação das redes móveis 5G no Brasil e dar a conhecer a experiência adquirida no velho continente nesta área. Marcaram presença na reunião trinta representantes de várias universidades federais, de centros de investigação na área das telecomunicações e o regulador das telecomunicações ANATEL. A intervenção do docente da EST/IPCB centrou-se nos

aspectos técnicos relacionados com uso da banda de frequências rádio dos 3.5GHz. O maior desafio à implementação do 5G em território brasileiro é a cobertura das áreas rurais, com pouca densidade populacional. Uma solução possível passa pelo recurso a ligações satélite, de modo a que esta tecnologia chegue também às regiões mais remotas do Brasil.

Politécnico de Castelo Branco reforça aposta na eficiência energética



O IPCB tem vindo a executar um conjunto de obras nos edifícios da instituição, que têm como objetivo a melhoria da eficiência energética dos

mesmos, num investimento total que deverá superar os 800.000€.

A execução das obras enquadra-se no Programa de Eficiência Energética na Administração Pública "ECO. AP" e no Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética - PNAEE, financiados no âmbito do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - POSEUR. Até ao momento, foi realizada a substituição de lâmpadas convencionais para lâmpadas de tecnologia LED nos

edifícios dos Serviços Centrais e da Presidência do IPCB, ESE/IPCB e Centro Formação da ESA/IPCB, e instalados painéis fotovoltaicos nos 3 edifícios, com uma capacidade de produção de 25 kilo-Watt-pico (kWp), 11,7kWp e 31,2 kWp, respetivamente. Foi ainda realizada a substituição de bombas de circulação no edifício dos Serviços Centrais e da Presidência, encontrando-se em fase de execução a substituição de máquinas de climatização por sistemas VRF na ESE/IPCB.

Docente da ESA publica Guias de Boas práticas para Uso Eficiente de Água



O docente da ESA/IPCB, António Francisco Canatário Duarte, publicou 2 Guias de Boas Práticas para Uso Eficiente da Água: "Guia de boas práticas para o uso eficiente da água no sector olivícola" e "Guia de boas práticas para o uso eficiente da água no sector vitivinícola". Estas publicações surgem inseridas no acordo de prestação de serviços do IPCB

à empresa ÍNDICE-Consultores e no âmbito do programa WATER MATTERS financiado pelo Fundo Ambiental. Os 2 guias estão a ser divulgados na região de Leiria, onde a empresa se encontra sediada, e noutras zonas do país em que se entendeu de interesse, bem como junto das associações de agricultores, nomeadamente na região da Beira Interior.

Sporting de Braga recruta licenciados em fisioterapia na ESALD/IPCB



Soraia Ferreira, Miguel Albuquerque e Ricardo Ribeiro, alunos do 4º ano da

licenciatura em Fisioterapia da ESALD/IPCB, foram selecionados para iniciar a sua atividade profissional como fisioterapeutas, no Sporting Clube de Braga. O convite partiu do próprio clube que, após a realização de estágios curriculares na área da fisioterapia, os convidou a permanecer no Sporting Clube de Braga, como fisioterapeutas. Estes 3 alunos vão agora juntar-se a outros

fisioterapeutas licenciados pela ESALD/IPCB que, nos dois últimos anos, têm integrado o departamento clínico do clube, no apoio à equipa de futebol da 1ª Liga, ao departamento de formação e a diversas modalidades do Sporting de Braga. Relembramos que o IPCB e o Sporting de Braga assinaram um protocolo de colaboração, que visa apoiar os alunos da ESALD/IPCB na realização dos seus estágios curriculares.

ESA/IPCB celebra Dia Internacional do Fascínio das Plantas



A propósito do Dia Internacional do Fascínio das Plantas, que se celebrou em maio, a ESA/IPCB preparou duas atividades pedagógicas com as quais pretendeu consciencializar os estudantes e a restante população da cidade para questões diversas ligadas à preservação da biodiversidade.

A primeira iniciativa decorreu na Quinta do Chinco, no bairro da Carapalha, destinando-se aos hortelãos que utilizam aquele espaço. Fruto da parceria com a autarquia albicastrense, a atividade conta com a colaboração dos alunos da disciplina de Gestão de Espaços Verdes da licenciatura em Agronomia, sendo acompanhada pela docente da ESA/IPCB Fernanda Delgado, da unidade curricular de Ciências da Vida e dos Alimentos, e por Rosa Bonacho, técnica responsável pelo local.

Já a segunda proposta, em colaboração com a Associação ERID - Educar, Reabilitar, Incluir Diferenças, teve lugar no Centro de Biotecnologia de Plantas da Beira Interior. As atividades

a realizar em laboratório e no espaço envolvente àquela unidade de investigação instalada na ESA/IPCB focam-se nas plantas preferidas das abelhas e na importância desta relação mútua. Nesse sentido, contemplada esteve a construção de casinhas para polinizadores, bem como a pintura e colagem de desenhos ou um lanche com prova de mel e infusões.

Docentes do IPCB em conferência internacional sobre gestão de resíduos

João Paulo Carneiro e Maria do Carmo Horta, docentes da ESA/IPCB, participaram na 5.ª edição da Conferência Internacional WASTES: Solutions, Treatments and Opportunities, que decorreu na Costa da Caparica em setembro. Perante uma audiência de académicos e especialistas de todo o mundo ligados aos setores da gestão de resíduos e da reciclagem, os docentes apresentaram os resultados do trabalho de investigação sobre a valorização agrícola de compostado de resíduo de lagar de azeite e de digestado obtido após produção de biogás numa exploração de vacas leiteiras, desenvolvido no âmbito dos projetos INNOACE e SYMBIOSIS, ambos INTERREG VA Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020. Os resultados indicam que estes produtos apresentam um bom valor fertilizante, podendo substituir alguns

adubos minerais e contribuir assim para os objetivos da economia circular no sector primário.

João Rocha termina o Certificado de Treinador Europeu da FIBA



João Rocha, docente da licenciatura em Desporto e Atividade Física da ESE/IPCB, terminou a formação mais elevada da Federação Internacional de Basquetebol Amador (FIBA), o Certificado de Treinador Europeu (ECC). Trata-se de uma formação de 3 anos, ministrada por treinadores experts do basquetebol europeu e americano (NBA), composta por períodos letivos, períodos de avaliação prática demonstrativa, e também trabalhos escritos, teórica na forma oral e um exame escrito. A formação incluiu o acompanhamento das fases finais dos Campeonatos Europeus de Basquetebol Jovem, em Montenegro, Estónia e Israel.

Curso de preparação para o Exame de Admissão à OCC na ESGIN/IPCB

A ESGIN/IPCB realizou em setembro /outubro uma nova

edição do Curso Breve de Preparação para o Exame de Admissão para a profissão de Contabilista Certificado, que é exigido pela OCC (Ordem dos Contabilistas Certificados). Regido por docentes da ESGIN/IPCB e por especialistas de reconhecido mérito, o curso tem por objetivo atualizar os conhecimentos adquiridos pelos formandos ao longo do seu percurso académico e/ou profissional, nas áreas da Contabilidade e Relato Financeiro, da Contabilidade Analítica e de Gestão, da Fiscalidade e da Ética e Deontologia.

Aos participantes que frequentaram pelo menos 80% das sessões letivas foi emitido um certificado de participação no Curso Breve de Preparação para o Exame de Admissão à Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC).

Atividades Ciência Viva - Criar Futuro na EST/IPCB



Os docentes Pedro Torres, José Vieira e Luís Correia da EST/IPCB, organizaram 3 estágios para ocupação de jovens nas férias, no âmbito da iniciativa Ciência Viva no Laboratório - Criar Futuro.

“Construção e Controlo de Drones I” e “Construção e Controlo de Drones II”, foram os dois primeiros estágios desenvolvidos na área da engenharia, nos quais os alunos tiveram oportunidade de construir drones de raiz e aprender os seus componentes, dimensionamento e funcionamento. A parte teórica terminou com uma sessão, dinamizada pelo docente Manuel Veloso, sobre “Segurança de voo e aplicações civis”.

“Vamos Construir uma Lâmpada a Cores Inteligente” foi o terceiro e último estágio realizado no âmbito da iniciativa Ciência Viva no Laboratório - Criar Futuro. Neste estágio, os alunos conheceram um microcontrolador e aprenderam a programá-lo.

Estes 3 estágios envolveram 13 alunos do ensino secundário, provenientes dos concelhos de Porto de Mós, Leiria, Setúbal, Grândola, Castelo Branco e Ilha de São Miguel - Açores, que, durante o mês de julho, viveram experiências positivas e encorajadoras, numa perspetiva de prosseguir estudos nesta área.

Docente do IPCB em conferência sobre Ética e Normalização em Robótica

Paulo Gonçalves, docente da EST/IPCB esteve presente na Conferência Internacional sobre Ética e Normalização em Robótica, em Londres, no Reino-Unido.

Na conferência, o docente apresentou aos peritos mundiais na área, o trabalho desenvolvido no IPCB, no âmbito do Projeto EuroAGE, sobre questões éticas relacionadas com jogos robóticos, quando aplicados em idosos.

Foram discutidas questões éticas da introdução de jogos com robôs na população idosa e apresentadas as soluções encontradas no âmbito do trabalho realizado no IPCB, no desenvolvimento do robô, que vão ao encontro dos princípios éticos identificados para este tipo de interações.

António Garcia Pereira em seminário na ESGIN/IPCB



A ESGIN/IPCB recebeu a visita do Prof. Doutor António Garcia Pereira, advogado e professor do ensino superior, que proferiu uma comunicação integrada num seminário do mestrado em Solicitadoria Empresarial, subordinada ao tema “Desconsideração da Personalidade Jurídica e as Novas Formas de Subordinação”.

A ação, onde foram abordados os temas mais prementes no domínio laboral relacionados com a temática em debate,

foi organizada pela Comissão Científica do Mestrado e contou com a assistência de alguns convidados do exterior e de alunos da licenciatura em Solicitadoria.

Escola Superior Agrária do IPCB presente no InovAgri_Student 2019



Os alunos do 2.º ano da licenciatura em Agronomia da ESA/IPCB, acompanhados pelo docente João Paulo Carneiro, participaram no InovAgri_Student 2019, organizado pelo Centro Nacional de Competências das Culturas do Milho e Sorgo “InovMilho”. Realizada em Coruche, a iniciativa contou com aproximadamente 200 participantes, tendo reunido o setor produtivo com alunos, docentes e investigadores das diversas instituições de ensino superior portuguesas na área das Ciências Agrárias. Neste encontro foram abordados temas que se afiguram relevantes para a competitividade da cultura do milho em Portugal, tendo sido solicitado à Escola Superior Agrária do IPCB uma intervenção sobre “A fertilidade do solo e fertilização da cultura”.

IPCB na reunião da Rede Académica de Ciências da Saúde

Um grupo de docentes da ESALD/IPCB marcou presença na II reunião da Rede Académica das Ciências da Saúde da Lusofonia (RACS), que teve lugar na Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches, em Lisboa, onde contribuíram para os trabalhos de reorganização dos núcleos académicos de Enfermagem, Ciências Biomédicas Laboratoriais e Fisiologia Clínica e participaram no lançamento da revista internacional REVSALUS. Criada a 1 de setembro de 2016, a Rede Académica das Ciências da Saúde da Lusofonia – RACS tem como missão promover a formação e a cooperação científica na área das ciências da saúde entre instituições do ensino superior e centros de investigação de países e comunidades de língua portuguesa.

Sessão Técnica sobre Eficiência Reprodutiva em Ovinos na ESA/IPCB



A ESA/IPCB organizou, nas suas instalações, uma sessão técnica sobre eficiência reprodutiva em

ovinos, intitulada “Eficiência Reprodutiva em Ovinos – onde estamos e como a devemos abordar?”

A sessão, dirigida a todos os alunos da ESA/IPCB, mas também a produtores de ovinos, médicos e enfermeiros veterinários assistentes de explorações, contou com a participação de cerca de 100 interessados na área e foi realizada em parceria com a Zoetis Portugal.

A sessão técnica permitiu concluir que a abordagem reprodutiva nos pequenos ruminantes é estritamente necessária, por forma a criar alternativas aos sistemas tradicionais e, assim, garantir a profissionalização e o crescimento produtivo deste sector.

Equipa do STAI.BIN do IPCB participa em Conferência Mundial

Membros da equipa do STAI.Bin do IPCB, Regina Vieira (ESE/IPCB), Deolinda Alberto (ESA/IPCB) e Marco Domingues (ESE/IPCB) estiveram presentes na Conferência Mundial “World Community Development Conference” em Dundee, na Escócia.

A participação destes docentes, efetuada no âmbito do projeto de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico intitulado STAI. BIN – “Sistema Tecnológico de apoio à promoção e avaliação do impacto social, económico e ambiental do circuito curto SmartFarmer.pt na Beira Interior”, constou

na apresentação de um poster intitulado “Environmental, social and economic impact of the short supply food circuits in Beira Interior, Portugal”. Este poster despertou o interesse de vários participantes para o trabalho que está a ser realizado por estes docentes/investigadores do IPCB.

O projeto STAI.Bin possui docentes e investigadores de mais Escolas Superiores do IPCB e conta com um financiamento dos Fundos Europeus Estruturais (FEEI), no âmbito do COMPETE2020 enquadrado pelo Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica (IC&DT).

Docente do IPCB integra equipa de avaliadores do sistema CNPq

Fernanda Delgado, docente e investigadora da ESA/IPCB e do CERNAS - Centro de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade do IPCB, integrou, a convite do Instituto Federal de Brasília, a equipa de avaliadores do sistema CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação do Brasil), no que diz respeito a programas de iniciação científica PIBIC/PIBIT do Brasil. A docente participou ainda na Comissão de Avaliadores Externos dos trabalhos apresentados na Semana de Produção Científica SP9, que decorreu no âmbito do Encontro de Educação Profissional, Científica e

Tecnológica - CONECTAIF 2019.

Para além destas atividades, Fernanda Delgado proferiu a palestra “Plantas Aromáticas e óleos essenciais: conhecimento ao alcance de todos”, no âmbito da Oficina Café com Ciência, apresentou um trabalho em forma de poster, “Produção em sistema Indoor Vertical Farming de Viola tricolor como flor comestível”, efetuado pela finalista da licenciatura de Agronomia Cristina Vilela, da qual foi orientadora, e avaliou projetos FABIN, Fábrica de Ideias. O CONECTAIF 2019 é um evento multidisciplinar que envolve estudantes, docentes, orientadores e formadores de diferentes Campus do Ensino Federal do Brasil, estando integrado na estratégia do desenvolvimento profissional e superior dos alunos brasileiros.

Brincando Aprendemos - Atividades Lúdicas na ESE/IPCB



A Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco dinamizou um conjunto de atividades lúdicas para alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas Afonso de Paiva, no âmbito da iniciativa “Brincando

Aprendemos - Atividades Lúdicas na ESE/IPCB”.

ESALD/IPCB organiza tertúlias X Physiotalks

A ESALD/ IPCB, através da sua Clínica Pedagógica, organizou as X Physiotalks, em maio. As PhysioTalks são tertúlias organizadas em parceria com os estudantes de fisioterapia, e têm por objetivo promover a aprendizagem e a discussão entre fisioterapeutas e estudantes sobre temas emergentes da fisioterapia ou com potencial interesse clínico. Do programa constaram os temas “Abordagem Farmacológica no Tratamento da Dor”, pela Farmacêutica Andreia Esteves e “Imagiologia para Fisioterapeutas” pelo professor Tiago Patrão. As X Physiotalks foram dirigidas aos estudantes do 3º e 4ºano da licenciatura de Fisioterapia, docentes, educadores clínicos e fisioterapeutas interessados em partilhar as suas experiências profissionais.

Mestrado da ESART/IPCB com exposição no Forum Castelo Branco

A ESART/IPCB teve patente no Forum Castelo Branco a exposição “Visualmente”. A cargo dos alunos do curso de mestrado em Design Gráfico, a mostra visou demonstrar os conhecimentos e competências adquiridos nas áreas do design de comunicação - nomeadamente identidade visual, design de interfaces,

sinalética e infografia ou tipografia e design editorial, constituindo a base para o desenvolvimento de trabalhos e aplicações em contexto de projeto ou investigação. Fruto da associação entre a ESART/IPCB e a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, o mestrado profissionalizante apresenta uma estrutura curricular prática vocacionada para a realidade laboral e para a criação de um espírito empreendedor. Nele os estudantes desenvolvem projetos com empresas da região e beneficiam quer da experiência profissional de colaboradores nacionais e internacionais, quer das parcerias estabelecidas com centros de investigação, incubadoras ou associações empresariais.

IPCB marca presença na Semana da Multiculturalidade



O Politécnico de Castelo Branco marcou presença na Semana da Multiculturalidade, que decorreu em setembro, em Castelo Branco. Maria Eduarda Rodrigues, Administradora do IPCB e dos respetivos Serviços de Ação Social, participou na mesa redonda “Escola Inclusiva”, onde apresentou os

diversos serviços e iniciativas dinamizadas na instituição com o objetivo de apoiar os estudantes e assegurar a sua plena integração na academia. Promovida pelo PMIM - Plano Municipal para a Integração dos Migrantes de Castelo Branco, financiado pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), e organizada pela Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento e pela Câmara Municipal de Castelo Branco, a Semana da Multiculturalidade pretende promover a diversidade cultural e reforçar o conhecimento dos autóctones sobre as culturas e tradições dos Nacionais de Países Terceiros. Foram dinamizadas diversas iniciativas promotoras de integração social e cultural dos migrantes, nomeadamente momentos musicais, atividades de divulgação cultural, formação para empresários, conferências, entre outras.

ESA/IPCB no 50th International Symposium on Essential Oils

Fernanda Delgado, docente e investigadora da ESA/IPCB e do CERNAS/IPCB, participou no 50th International Symposium on Essential Oils (ISEO), que correu em Viena, Áustria, onde apresentou os resultados de trabalhos que decorreram no Centro de Biotecnologia de Plantas da Beira Interior e no Laboratório de Microbiologia da ESA/IPCB, em forma de três posters. O ISEO celebrou em 2019 a sua 50.ª edição, demonstrando-se

assim o elevado interesse da comunidade científica e das empresas na investigação, aplicação e valorização dos óleos essenciais de origem vegetal a nível mundial, com aplicações nas indústrias alimentar, cosmética, farmacêutica humana e animal, de pesticidas, entre outras de menor relevância social e económica. A ideia de integrar num mesmo foro a indústria, as agências reguladoras e as instituições de ensino superior tem vindo a demonstrar que as mudanças tão rápidas que ocorrem na sociedade implicam muita investigação e sinergia de atuação entre todos, tendo esta constatação sido uma das principais conclusões deste simpósio.

Colóquio de encerramento do projeto CLIMRisk

Decorreu em setembro, no Campus do Instituto Politécnico de Tomar, o Colóquio de encerramento do projeto CLIMRisk “Medidas de adaptação às alterações climáticas na gestão dos riscos naturais e ambientais”, desenvolvido no âmbito de um consórcio que integra os Institutos Politécnicos de Castelo Branco, Leiria e Tomar, e as Câmaras Municipais de Ourém e Ferreira do Zêzere. O projeto resultou de uma candidatura no âmbito do Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica (SAICT) e foi constituído por uma equipa multidisciplinar, de 14 investigadores divididos por

várias áreas de investigação (Clima, SIG, Floresta, Ambiente, Inundações, Erosão Costeira, Focus Group), e ainda com colaboradores externos de outras instituições. A área de estudo englobou 100 municípios da região centro (NUT II).

De entre os resultados obtidos, verificou-se um aumento global da temperatura média para o período entre 2041-2070 em todas as estações, com particular expressão no verão. As anomalias da temperatura média indicam um aumento entre 1,6 a 2,7°C para o verão. As regiões mais afetadas serão as do interior norte e sul. Na área de estudo, os concelhos do interior (Vila de Rei, Sertão, Sardoal, Abrantes, Mação, Proença-a-Nova e Oleiros)

serão os mais afetados, com particular intensidade no outono e verão.

Mestrado em Cuidados Paliativos dá origem a dois novos livros

“Cuidados Paliativos: na procura da melhor evidência”, Volumes 1 e 2, foram os novos livros apresentados em outubro, da autoria dos alunos do Mestrado em Cuidados Paliativos e de Ana Paula Sapeta, docente da ESALD/IPCB.

Nestes livros são publicadas as revisões sistemáticas da literatura elaboradas em 2016-17, para divulgar o percurso metodológico percorrido em cada revisão, bem como os resultados, disponibilizando a

melhor evidência encontrada em cada tema. Numa análise transversal das principais conclusões, realçam-se que as mais comuns são: Inadequada formação dos profissionais de saúde em cuidados paliativos; necessidade de maior investigação sobre a relação custo-eficácia e custo-benefício para a implementação e planeamento dos CP; falta de estratégias concertadas de investigação; persistem barreiras de várias ordens para a utilização dos opioides; é fulcral existirem mais conhecimentos especializados na área dos cuidados paliativos nas Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI), para reduzirem transferências desnecessárias em fim-de-vida.

Conferências do Politécnico

A Propriedade intelectual e a Academia



Realizou-se em junho, no auditório Comenius dos Serviços Centrais e da Presidência do IPCB, uma conferência subordinada ao tema “A Propriedade Intelectual e a Academia” proferida pelo Doutor António Trigueiros de Aragão.

António Trigueiros de Aragão é Administrador das Fábricas Lusitana, SA, que produzem e comercializam os produtos Branca de Neve e Espiga e Presidente do Conselho de

Administração da Raul César Ferreira, SA, serviços técnicos de propriedade industrial. Mestre em Marketing pelo ISCTE IUL, António Trigueiros de Aragão é ainda titular de Pós-graduações em Direito Intelectual pela APDI - Associação Portuguesa de Direito Intelectual e Gestão de Marcas pelo ISCTE IUL - Instituto Universitário de Lisboa e de um MBA em Administração e Gestão Imobiliária pela Escola Superior de Atividades Imobiliárias de Lisboa.



Instituto Politécnico
de Castelo Branco